



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO
INFANTIL DO CAMPO NA ESCOLA MUNICIPAL BARÃO DE
TINGUÁ DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU – RJ**

LUANA NUNES TAVARES

Sob a Orientação do(a) Professor(a)
Prof. Dr. Ramofly Bicalho dos Santos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ
Janeiro, 2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

T231o Tavares , Luana Nunes , 1982-
 A organização do trabalho pedagógico da educação
 infantil do campo na Escola Municipal Barão de
 Tinguá do município de Nova Iguaçu - RJ / Luana Nunes
 Tavares . - Seropédica; Nova Iguaçu, 2024.
 90 f.

 Orientador: Ramofly Bicalho dos Santos.
 Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
 do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em
 Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas
 Populares, 2024.

 1. Organização do Trabalho Pedagógico. 2. Educação
 Infantil do Campo. 3. Educação do Campo. I. Santos,
 Ramofly Bicalho dos , 1970-, orient. II Universidade
 Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós
 graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e
 Demandas Populares III. Título.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**



TERMO Nº 154 / 2024 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.013905/2024-58

Seropédica-RJ, 14 de março de 2024.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS
POPULARES**

LUANA NUNES TAVARES

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestra**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 30/01/2024

Membros da banca:

RAMOFLY BICALHO DOS SANTOS. Dr. UFRRJ (Orientador/Presidente da Banca).

MAXIMO AUGUSTO CAMPOS MASSON. Dr. UFRRJ (Examinador Interno).

PEDRO CLEI SANCHES MACEDO. Dr. (Examinador Externo à Instituição).

(Assinado digitalmente em 14/03/2024 19:13)
RAMOFLY BICALHO DOS SANTOS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptECMSD (12.28.01.00.00.00.22)
Matrícula: 1426576

(Assinado digitalmente em 20/03/2024 13:42)
PEDRO CLEI SANCHES MACEDO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 579.140.102-78

(Assinado digitalmente em 22/03/2024 17:44)
MAXIMO AUGUSTO CAMPOS MASSON
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 424.720.087-91

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **154**, ano: **2024**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **14/03/2024** e o
código de verificação: **07a9a1b437**

DEDICATÓRIA

Dedico essa pesquisa ao meu filho Luan e toda a minha família pelo carinho e compreensão que tiveram nas horas que mais precisei.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que me deu saúde, oportunidade, força de vontade e coragem para superar todos os desafios e concluir essa pesquisa.

Ao meu filho, que me incentivou a cada momento e não permitiu que eu desistisse.

Aos meus pais, por todo apoio, paciência e compreensão.

Ao meu marido, por aguentar minha ausência e muitas vezes minha falta de paciência.

Às amigas, que sempre estiveram ao meu lado nas horas mais difíceis.

Aos professores, pelos ensinamentos que levarei para a vida.

À equipe escolar da Escola Municipal Barão de Tinguá que forneceram os dados para que a pesquisa fosse realizada.

Ao orientador, que durante meses me acompanhou, dando todo o auxílio necessário para a elaboração da pesquisa.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que fizeram parte dessa etapa em minha vida.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”

“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001”

“Não se pode falar de educação sem amor.”

Paulo Freire

RESUMO

TAVARES, Luana Nunes. **A organização do trabalho pedagógico da educação infantil do campo na Escola Municipal Barão de Tinguá do município de Nova Iguaçu – RJ.** 2024. 90p. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2024.

Essa pesquisa tem por objetivo analisar a organização do trabalho pedagógico da educação infantil do campo na Escola Municipal Barão de Tinguá do município de Nova Iguaçu – RJ, através das suas peculiaridades e da trajetória dos Movimentos Sociais e Políticas Públicas, possibilitando compreender a educação do campo em Nova Iguaçu e possíveis ações pedagógicas para o desenvolvimento integral dos educandos da educação infantil. Através desse objetivo, desdobramos três capítulos. No primeiro capítulo apresentamos o município de Nova Iguaçu, avaliando a sua trajetória na Educação do Campo, e conceituamos os Movimentos Sociais e as Políticas Públicas mediante a Legislação vigente no Brasil. No segundo capítulo conceituamos a Educação Infantil do Campo, apresentando sua organização do trabalho pedagógico. No terceiro capítulo, contextualizamos a Escola Municipal Barão de Tinguá e suas ações pedagógicas na educação infantil do campo mediante Proposta Curricular do Município de Nova Iguaçu e Projeto Político Pedagógico. Utilizamos como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica das obras de Benjamin (2000), Caldart (2000), Freire (1996), Santos (2007), buscando compreender a educação do campo, levando a refletir sobre a educação infantil do campo. Concluímos com a pesquisa que até hoje o conceito de educação problematizadora ainda não conseguiu ser implantada pelo professor que vive um drama entre ensinar e pensar em um currículo que traga toda esperança de uma conscientização social, então, podemos entender que o sistema educacional de hoje também continua ensinando sob pressão, assim o educador hoje é também mais uma vítima do sistema educacional, tendo que cumprir com aulas em desacordo com a realidade dos alunos.

Palavras-chave: Organização do trabalho pedagógico, Educação infantil do campo, Educação do campo

ABSTRACT

TAVARES, Luana Nunes. **The organization of pedagogical work in rural early childhood education at the Barão de Tinguá Municipal School in the municipality of Nova Iguaçu – RJ.** 2024. 90p. Dissertation (Master's in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Institute of Education/Multidisciplinary Institute, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2024.

This research aims to analyze the organization of pedagogical work in rural early childhood education at the Barão de Tinguá Municipal School in the municipality of Nova Iguaçu – RJ, through its peculiarities and the trajectory of Social Movements and Public Policies, making it possible to understand rural education in Nova Iguaçu and possible pedagogical actions for the integral development of early childhood education students. Through this objective, we unfold three chapters. In the first chapter we present the municipality of Nova Iguaçu, evaluating its trajectory in Rural Education, and we conceptualize Social Movements and Public Policies through current legislation in Brazil. In the second chapter we conceptualize Rural Early Childhood Education, presenting its organization of pedagogical work. In the third chapter, we contextualize the Barão de Tinguá Municipal School and its pedagogical actions in rural early childhood education through the Curricular Proposal of the Municipality of Nova Iguaçu and the Pedagogical Political Project. As a methodological procedure, we used bibliographical research on the works of Benjamin (2000), Caldart (2000), Freire (1996), Santos (2007), seeking to understand rural education, leading us to reflect on rural early childhood education. We conclude from the research that until today the concept of problematizing education has not yet managed to be implemented by the teacher who lives a drama between teaching and thinking about a curriculum that brings all hope of social awareness, so we can understand that today's educational system also continues to teach under pressure, so the educator today is also another victim of the educational system, having to complete classes that are at odds with the students' reality.

Keywords: Organization of pedagogical work, Rural early childhood education, Rural education

LISTA DE ABREVIACÕES

AFERNI – Associação da Feira da Roça de Nova Iguaçu.....	20
APA – Área de Proteção Ambiental.....	20
BNCC – Base Nacional Comum Curricular.....	67
BR – Rodovia Federal Brasileira.....	19
CA – Classe de Alfabetização.....	12
CEDRI – Centro de Desenvolvimento Rural Integrado.....	27
CEP – Código de Endereçamento Postal.....	57
CME – Conselho Municipal de Educação.....	28
CPT – Comissão Pastoral da Terra.....	22
DCNEIs – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.....	46
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.....	36
EFA – Escola Família Agrícola.....	26
EJA – Educação de Jovens e Adultos.....	28
EM – Escola Municipal.....	30
EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil.....	14
EMFRAS – Emaus Fraternidade e Solidariedade.....	27
FFCLNI – Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Nova Iguaçu.....	12
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis.....	57
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.....	28
LEC – Licenciatura em Educação do Campo.....	31
LDBN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	37
MEC – Ministério da Educação.....	38
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.....	22
NIMA – Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente.....	21
ONG – Organização Não Governamental.....	27
PME – Plano Municipal de Educação.....	27
PMPINI – Plano Municipal pela Primeira Infância de Nova Iguaçu.....	73
PNE – Plano Nacional de Educação.....	29
PPGEduc – Programa de Pós-Graduação em Educação.....	15
PPP – Projeto Político Pedagógico.....	17

PROINFO – Programa Nacional de Tecnologia Educacional.....	14
PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação do Campo.....	36
PRONERA – Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária.....	35
RCNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.....	67
RJ – Rio de Janeiro.....	12
SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.....	57
SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.....	41
SEMED – Secretaria Municipal de Educação.....	14
SPI – Setor de Planejamento Integrado.....	23
UE – Unidade Escolar.....	23
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.....	14
UNIABEU – Centro Universitário.....	13
UNIG – Universidade Iguaçu.....	12
URG – Unidade Regional de Governo.....	23

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – MINHA HISTÓRIA, MINHA VIDA.....	12
CAPÍTULO I – NOVA IGUAÇU, TERRA LINDA E ENCANTADORA.....	19
I.I – NOVA IGUAÇU.....	19
I.II – EDUCAÇÃO DO CAMPO EM NOVA IGUAÇU.....	25
I.III – MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO.....	33
I.IV – LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	39
CAPÍTULO II – EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM ENCONTRO NECESSÁRIO.....	45
II.I – EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO.....	45
II.II – FUNDAMENTOS E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO.....	49
CAPÍTULO III – QUE CAMPO É ESSE? QUE ESCOLA É ESSA?.....	57
III.I – ESCOLA MUNICIPAL BARÃO DE TINGUÁ.....	57
III.II – EDUCAÇÃO INFANTIL NA ESCOLA MUNICIPAL BARÃO DE TINGUÁ.....	65
III.III – AÇÕES PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA ESCOLA MUNICIPAL BARÃO DE TINGUÁ A PARTIR DA PROPOSTA CURRICULAR DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU E PPP (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO).....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
REFERÊNCIAS.....	88

INTRODUÇÃO – MINHA HISTÓRIA, MINHA VIDA

Esse pequeno relato tem a função de informar a todos que lerem, sobre o histórico da minha vida escolar e profissional enquanto estudante e docente. Mostrará alguns dos meus passos, proporcionando uma melhor compreensão da nova visão que adquiro na busca de informações de um profissional apto para ser atuante na mudança para um futuro educacional melhor. Estabeleço relações entre as fases mais marcantes da minha vida, primeiros anos escolares, momentos marcantes, vida profissional e formação acadêmica. Em cada fase busco relacionar a teoria e a prática vivenciada por mim. Saliento que todas as etapas foram com muito otimismo, acreditando que quando há dedicação o resultado almejado será encontrado, pois, a realização pessoal alcança seu nível de maturidade em cada etapa vivida na vida.

Meu nome é Luana Nunes Tavares, nascida em 31 de maio de 1982, tenho 41 anos e vou contar um pouco da minha trajetória escolar e profissional em relação à educação. Filha de fuzileiro naval e doméstica, moradora de Nova Iguaçu – RJ. Posso dizer que minha infância foi ótima. Meus pais sempre me incentivaram aos estudos e muitas das vezes deixava de brincar para estudar, por escolha própria. Minha brincadeira preferida era brincar de escolinha com minhas bonecas.

Tenho muitas recordações do meu tempo de estudo. Lembro-me quando entrei na escola com 7 anos de idade, Escola Centro Profissional de Cabuçu – Palhacinho Dengoso, mais conhecida como Paroquial, pois, era dirigida por uma freira e pertencia a igreja católica. Entrei no Curso Pré-Escolar (antigo CA), estudei nessa escola até a antiga 1ª série. Sempre fui uma aluna muito dedicada aos estudos, querendo muitas das vezes competir comigo mesma. Lembro-me de alguns fatos que me marcaram por ser muito tímida, tais como: o medo de quando a professora pedia para ler em voz alta ou chamava em sua mesa para ler a lição. Tenho até hoje fotos e documentos escolares. O que não me fez esquecer do meu início escolar. No final do ano, meus pais resolveram me trocar de escola, pois, a mesma era até a antiga 1ª série. Fui estudar no Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Nova Iguaçu (FFCLNI), chegando lá fiz uma prova para saber se realmente teria condições de estudar na antiga 2ª série, passei e estudei nessa escola até o 1º ano do ensino médio, trocando seu nome para Colégio de Aplicação da UNIG. Fiz Contabilidade, pois, gostava muito de matemática e as outras opções não me agradavam. Nesse mesmo ano engravidei, parei de estudar no ano seguinte e optei por não mais fazer Contabilidade, optei

então por fazer o Curso Formação de Professores pensando no meu filho. Fui estudar no Instituto Iguaçuano de Ensino, entrei no 2º ano do ensino médio (Curso Normal), tendo que fazer a complementação das matérias do 1º ano. Essa escola com certeza fez um grande diferencial na minha formação. Durante os dois anos que frequentei, tive uma boa base de estudos e uma disciplina impecável. Recordo de momentos como: cantar o hino, estágios e até mesmo da tradição da escola, pois, ninguém poderia saber que eu tinha filho. Admito que não tive muitos amigos nessa época, somente duas colegas que moravam no mesmo bairro que eu, pois, sempre fui um pouco distante e reservada. Terminei o 3º ano, coloquei vários currículos e não fui chamada para trabalhar em nenhuma escola. O desespero bateu. Meu filho crescendo e meus pais ainda me ajudando financeiramente. Foi quando uma dessas colegas me disse que estava aberto o Concurso Público para Professores de Nova Iguaçu. Não entrei em cursinho nenhum, estudei em casa mesmo. Sonhando com a possibilidade de passar e trabalhar perto de casa para dar mais atenção ao meu filho. Fiz meu primeiro concurso, passei dentro do limite de vagas e fiquei aguardando ser chamada. Ressalto a importância que os professores do Curso Normal tiveram em minha formação humana, pois, me ensinaram muita coisa, do qual consegui passar no concurso. No ano seguinte comecei a Faculdade na mesma escola da qual havia estudado da antiga 2ª série até o 1º ano do ensino médio, com uma grande dúvida fazer Matemática ou Pedagogia. Optei por Pedagogia, mas precisava escolher a habilitação, outra dúvida surgiu, mas escolhi diante a minha intuição que gostaria de lidar com os professores, Supervisão Escolar. Fiz muitas amizades e uma delas era diretora da Escola Municipal Barão de Tinguá – Nova Iguaçu – RJ. No mesmo ano fui chamada no concurso que havia prestado no ano anterior e fui trabalhar nessa escola, não era perto da minha casa, pelo contrário demorava quase duas horas ou mais para chegar e para voltar. Admito que não foi fácil, chegava atrasada todos os dias na Faculdade. Era uma aventura a cada dia, mas no fundo, já havia me decidido que só queria me formar e acabar com esse sofrimento. Fiz minha monografia, mudei o tema algumas vezes, mas me formei. Minha formação acadêmica inclui Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia (Supervisão Escolar), concluída em 2005, na Universidade Iguaçu (UNIG), com quatro Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu: Gestão Escolar e Pedagógica no Centro Universitário (UNIABEU) com carga horária de 420 horas, concluída em 2013 e Artes na Faculdade Internacional Signorelli com carga horária de 850 horas, concluída em 2019, Educação do Campo e Educação Infantil, ambas também no Centro Universitário Internacional Signorelli com carga horária de 450 horas cada uma, concluídas em 2021. E para completar, ainda fiz outro Curso de Pós-Graduação Lato Sensu

em Educação do Campo na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), com carga horária de 360 horas, concluída em 2023.

Sou professora da rede pública de ensino há 20 anos. Meu primeiro emprego como professora concursada da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu foi na Escola Municipal Barão de Tinguá – Nova Iguaçu – RJ, classificada como “Escola do Campo”. Durante esses anos passei por várias funções, tais como: Professora (todos os anos de escolaridade), Coordenadora de Aprendizagem do Horário Integral, Incentivadora da Leitura, Auxiliar de Secretaria, Mediadora do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO), Orientadora Pedagógica (2º segmento) e Orientadora Pedagógica (1º segmento).

Em 2019, fui fazer uma Dobra de Carga Horária na EMEI Terras de Marambaia – Nova Iguaçu – RJ, que fica dentro do território onde as escolas possuem a nomenclatura “Escola do Campo”. Foi assim, que me descobri professora de educação infantil, e que comecei a reaprender, pesquisar e conhecer. E mais uma vez, me apaixonei. Em meados de 2022, depois de 19 anos na Escola Municipal Barão de Tinguá pedi minha transferência para a EMEI Terras de Marambaia, para ficar pela manhã como Orientadora Pedagógica e a tarde com uma turma de três anos. Em 2023, me candidatei a Diretora Adjunta passando por uma eleição democrática com toda comunidade escolar, sendo esta minha função no momento.

Na trajetória de minha vida profissional sempre busquei me profissionalizar para consolidar a difícil tarefa de educar, e para tanto, é necessário processar o mundo novo de informações. É nesse sentido, que focalizo uma visão ampla suscitando novas inquietações e reflexões, sempre com o objetivo de provocar novos olhares e novos fazeres, facilitando a reconstrução dos conhecimentos, atitudes e formas de conduta diante de educadores, de modo geral, das crianças, dos adolescentes rumo a uma educação de qualidade. Por fim, acrescento que quanto mais aprendo mais posso ajudar, porque compreendo que preciso aprender sempre mais. Aprender mais para servir melhor. Durante esses anos de Prefeitura, participei de diversos cursos de formação continuada oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), onde um deles foi o Curso de Extensão “Aperfeiçoamento em Escolas do Campo da Rede Municipal de Ensino de Nova Iguaçu: Produzindo Materiais Didáticos a partir das suas Realidades”, realizado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e o “Curso de Aperfeiçoamento Programa Escola da Terra”, realizado também, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), cujo objetivo constitui-se de uma formação teórica-reflexiva, através dos temas estudados em cada formação, fortalecendo o desenvolvimento das

propostas pedagógicas e metodológicas. Tendo no final de cada curso, a confecção de um livro sobre a realidade local de cada escola.

Meu objetivo profissional é além de contribuir para a formação dos docentes da escola que atuo, é compreender a organização do trabalho pedagógico da educação infantil do campo na Escola Municipal Barão de Tinguá do município de Nova Iguaçu – RJ, na qual se vincula ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas – Curso de Mestrado Acadêmico em Educação, Cultura e Comunicação, inserindo-se também, na linha de pesquisa Educação, Escola e seus Sujeitos Sociais.

Em 2021, ao fazer parte do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc) – Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) na linha de pesquisa: Desigualdades Sociais e Políticas Educacionais, com o Orientador Prof. Dr. Ramofly Bicalho dos Santos, iniciei uma pesquisa sobre “A Organização do Trabalho Pedagógico da Educação Infantil do Campo na Escola Municipal Barão de Tinguá do Município de Nova Iguaçu – RJ”. Sendo a educação infantil e a educação do campo o mesmo objeto de pesquisa do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação do Campo na mesma Universidade, se justificando pelo fato de estarem afinados, pois, contempla o universo da pesquisa que abrange os programas e as respectivas linhas escolhidas, tendo em vista que pretendemos alcançar nossos objetivos de reconhecimento a uma educação infantil de qualidade nas escolas do campo de Nova Iguaçu – RJ. Pensar que:

Uma escola do campo não é, afinal, um tipo diferente de escola, mas sim é a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com suas lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito. (BENJAMIN; CALDART, 2000, p. 42/43)

É muito interessante, quando uma apresentação como essa, faz pensar em nosso histórico, em como e o quanto esse trabalho proporcionou uma viagem na minha trajetória de vida. Foi significativo resgatar da memória, momentos que foram ímpares em minha história. Saber que, com 41 anos, tenho histórias lindas para contar. E, tenho uma história que pode ser contada, apreciada. Uma história de amor pela educação, a qual quero dar continuidade com a maior importância e qualidade possível. As escolhas conscientes dos caminhos que percorri e suas consequências foram ousadas e arriscadas, mas das quais não me arrependo. As mesmas me proporcionaram crescimento pessoal e profissional. As dificuldades enfrentadas

permitiram-me ser forte para enfrentar as diversas situações que a própria vida se encarrega de apresentar. Aprendi a valorizar e amar cada vez mais aqueles que são próximos e os que mais precisam. Conhecimento sem amor é vazio, viver sem amor é não encontrar sentido para a vida. Sei que ainda não atingi tudo que desejo, apesar de sentir-me feliz com tudo que tenho. Percebi que a curiosidade me move após cada sonho alcançado, outros passam a nos motivar em busca de novas conquistas e ideais.

As situações que recordei nesse memorial buscaram recuperar minha procura no percurso de uma trajetória, reconhecendo mundos que nasciam a cada fase vivida. Hoje percebo, ainda que timidamente, que toda minha trajetória permeada pela persistência, foi muito direcionada. Hoje, falar da organização do trabalho pedagógico da educação infantil do campo na escola que atuei durante 19 anos é um sonho, que cada vez está mais perto de ser realizado. Ter propriedade para ajudar uma escola e os professores é o que me faz seguir em frente.

É nesse ponto que hoje me encontro (momento contínuo de um memorial onde o presente já é passado), com uma pesquisa que contém um assunto inesgotável, que se transforma ao longo da história, do tempo e do espaço, esperando por contribuições para o seu prosseguimento. Mas essa é outra história que será marcada no desenrolar do próprio trabalho aguardando um futuro que um dia se transformará na continuidade das minhas memórias...

Por meio desse relato, justifico a minha pesquisa, a fim de dialogar sobre a organização do trabalho pedagógico da educação infantil do campo na Escola Municipal Barão de Tinguá do município de Nova Iguaçu – RJ. Através desse tema, venho trazer como objetivo geral, analisar a organização do trabalho pedagógico da educação infantil do campo na Escola Municipal Barão de Tinguá do município de Nova Iguaçu – RJ, através das suas peculiaridades e da trajetória dos Movimentos Sociais e Políticas Públicas, possibilitando compreender a educação do campo em Nova Iguaçu e possíveis ações pedagógicas para o desenvolvimento integral dos educandos da educação infantil. Com esse objetivo, desdobramos os objetivos específicos sendo estes compostos em três capítulos.

O primeiro capítulo, apresentamos o município de Nova Iguaçu, avaliando a sua trajetória na Educação do Campo, logo em seguida, conceituamos os Movimentos Sociais e as Políticas Públicas mediante a Legislação vigente para a Educação do Campo no Brasil. O segundo capítulo, conceituamos a Educação Infantil do Campo, apresentando em seguida a organização do trabalho pedagógico da Educação do Campo e seus fundamentos. No terceiro capítulo, contextualizamos a Escola Municipal Barão de Tinguá, suas peculiaridades e suas

ações pedagógicas do trabalho da educação infantil do campo mediante Proposta Curricular do Município de Nova Iguaçu e PPP (Projeto Político Pedagógico).

No que concerne a metodologia, primeiramente recorreremos à análise da realidade, seguindo alguns passos: visitas periódicas à unidade escolar, conversas com a equipe diretiva e administrativa para colher algumas informações e análise da Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Nova Iguaçu e PPP (Projeto Político Pedagógico) para sistematização das ações pedagógicas da escola pesquisada. E ainda, como instrumento, a pesquisa bibliográfica das obras de Benjamin (2000), Caldart (2000), Freire (1996), Santos (2007), entre outros, as quais despertam a curiosidade em compreender a educação do campo de modo geral, levando a refletir sobre a educação infantil do campo. O que, para Sylvia Constant Vergara “[...] é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral” (2003, p. 48), que tem por objetivo aumentar a compreensão sobre as escolas do campo na perspectiva de quem pesquisa. Para viabilizar esse trabalho, recorreremos a uma investigação documental:

[...] realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas: registros, anais, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, comunicações informais, filmes, microfilmes, fotografias, videoteipe, informações em disquete, diários, cartas pessoais e outros. (VERGARA, 2003, p. 48)

Pois, segundo Oscar Jara Holliday (2006, p. 229) “[...], as experiências são sempre experiências vitais, carregadas de uma enorme riqueza; [...]”. Ou seja,

As experiências são processos individuais e coletivos. São sempre processos sócio-históricos, dinâmicos e complexos. As experiências não são simplesmente ações, fatos pontuais, mas elas têm uma consistência de dinamismo e de complexidade. As experiências estão sempre em movimento e em toda experiência intervêm muitos elementos. (HOLLIDAY, 2006, p. 228)

Nesse sentido, o estudo tem como propósito uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, pois, visa estudar a Escola Municipal Barão de Tinguá por meio das suas peculiaridades históricas, econômicas, culturais e sociais que a situam como escola infantil do campo. Para tal, é necessário fazer-se pensar numa escola que se movimenta para essa mudança no processo de formação. Ramofly Bicalho dos Santos (2007) considera que a

escola “[...] cria possibilidades de transformação das ações pedagógicas, refletindo sobre o contexto em que as relações de poder são produzidas, vendo as práticas pedagógicas e os processos de ensino-aprendizagem como saberes plurais” (SANTOS, 2007, p. 89).

Assim, buscar por novas possibilidades de pensar essas questões com maior questionamento abre espaço para investigar a educação do campo, os movimentos sociais, a diversidade e as políticas públicas, com foco na escola e no próprio local, tendo a contribuição de pensadores e legislação sobre o assunto, a fim de compreender a escola pública como função social. “Definitivamente, a sistematização produz um novo conhecimento; a sistematização nos faz objetivar o que temos vivido” (HOLLIDAY, 2006, p. 235). Por isso, a necessidade de nos embasarmos em uma fundamentação teórica que legitima o que estamos estudando.

E para encontrar as possíveis respostas, estaremos percorrendo nos próximos capítulos o desdobramento da pesquisa com foco nos objetivos para refletir sobre a educação infantil do campo na escola pesquisada.

CAPÍTULO I – NOVA IGUAÇU, TERRA LINDA E ENCANTADORA

I.1 – NOVA IGUAÇU

Nesse primeiro capítulo, apresentamos o município de Nova Iguaçu, avaliando a sua trajetória na Educação do Campo, logo em seguida, conceituamos os Movimentos Sociais e as Políticas Públicas mediante a Legislação vigente para a Educação do Campo no Brasil.

A história de Nova Iguaçu nos conta o quanto o município e toda a baixada fluminense tiveram grande importância para o Rio de Janeiro, enriquecendo a coroa portuguesa na época do império com a rota do ouro e grandes ciclos de monocultura. No que se refere aos aspectos econômicos, atualmente, Nova Iguaçu tem como principais atividades os setores de comércio e serviços que atendem toda a baixada fluminense, destacando também, a atividade imobiliária e a construção civil. Apresenta desde a década de 50, um forte crescimento do setor industrial devido principalmente a abertura da Rodovia Presidente Dutra (BR116), que liga as principais capitais do país que são, Rio de Janeiro e São Paulo.

Nova Iguaçu possui um território marcado geograficamente pela presença da natureza exuberante, e que teoricamente deveria estimular o processo de construção de uma identidade rural baseada na valorização desse espaço, ou de, mínimo contato e preservação da natureza. Todavia, com o processo de subordinação e a dicotomia campo e cidade no decorrer da história estagnou uma imagem discriminatória e pessimista acerca do território rural.

O que aconteceu em Nova Iguaçu, não foi nada diferente do que aconteceu no Brasil. Nas últimas décadas passamos por profundas transformações e no que diz respeito as áreas rurais, surgiram modernização das técnicas e introdução de tecnologias, além de novas formas de produção. Esse processo gera ao senso comum a idealização de um país urbanizado mas, o que acontece de fato é que, a exportação comercial do Brasil, tem como base os produtos de origem agrícola. Nova Iguaçu, é um município em plena expansão e crescimento, no final dos anos 90, os espaços rurais já não se configuravam como locais de refúgio ou fuga da violência, mas sim, como opção de vida no campo. Tais espaços rurais sempre estiveram presentes ativamente na história do município e desempenham importante função econômica desde séculos passados.

Atualmente, Nova Iguaçu, como fruto importante de resistência das comunidades locais frente ao seu isolamento e descaso, apresenta uma produção agropecuária, vinda da agricultura familiar. Tendo uma população do campo, que representa uma parte do total de habitantes do município que se encontra nas áreas de amortecimento das APAs (Áreas de Proteção Ambiental) com a função de preservação das mesmas, tem grande importância para conter barreiras e o avanço do desmatamento e da urbanização nessas áreas.

Do total de seu território atual, após todas as emancipações dos municípios vizinhos, mais da metade do seu espaço corresponde a áreas de preservação ambiental, onde estão inseridas importantes unidades de conservação, chamadas de APA (Área de Proteção Ambiental), sendo elas: APA Jaceruba, APA Rio D'Ouro e APA Tinguá que estão localizadas na Reserva Biológica do Tinguá, APA Gericinó-Mendanha, que encontra-se o Parque Municipal de Nova Iguaçu, APA Morro Agudo, APA Tinguazinho, APA Retiro e APA Guandu-Açu, e uma grandiosa bacia hidrográfica onde se encontram nascentes de vários rios da região metropolitana. Porém, mesmo nas APAs (Áreas de Proteção Ambiental) há perda progressiva de sua biodiversidade, contaminação de suas nascentes, cursos fluviais, solo e grande modificação climática, o que coloca o município e vários outros da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em perigo de escassez de água e recursos naturais. Visto que, o município de Nova Iguaçu é o abastecedor principal de água do município do Rio de Janeiro, além de seu próprio território e de vários outros em seu entorno. Refletindo com isso a sua grandiosidade e importância para o Estado do Rio de Janeiro.

O município de Nova Iguaçu também possui uma tradição agrícola nos moldes de produção familiar, ainda encontrada em alguns pontos tentando inclusive preservar tradicionais formas de produção e cultivos orgânicos. Localizam-se principalmente ao redor de algumas APAs (Áreas de Proteção Ambiental), onde essas famílias produtoras resistem, enfrentando o isolamento com dificuldades em escoar o que produzem, sem nenhum fomento, auxílio técnico ou incentivo agrícola, sofrendo grave pressão da especulação imobiliária e de exploradores de recursos naturais que servem de suporte para insumos das indústrias e do comércio no ramo da construção civil.

Nessa conjuntura, essas comunidades vêm buscando alternativas para a sua auto-sustentação, como por exemplo, a instalação da Feira da Roça no ano de 2006 pela AFERNI (Associação da Feira da Roça de Nova Iguaçu), composta pelas famílias de agricultores que tem o direito de comercializar sua produção nas barracas instaladas na Praça Rui Barbosa, um lugar de centralidade e visibilidade no município. Nessa feira é possível encontrar variados

produtos cultivados nas zonas rurais do município tais como: verduras, mel, aipim e produtos derivados, berinjela, quiabo, goiaba, além de artesanato, queijos e doces caseiros. O que de fato, otimiza não só o escoamento da produção direta ao consumidor, mas também, o diálogo expressivo com a população iguaçuana. A produção que mais se destaca entre a agricultura familiar é a produção de banana e aipim, que se reflete nas tradicionais Festas da Banana, no bairro de Jaceruba e do Aipim, no bairro de Tinguá, ambas tiveram alguns anos sem sua realização, porém no ano de 2019, retoma-se a Festa do Aipim em Tinguá.

A importância do setor agrário vai desde a alimentação, imprescindível para a manutenção da vida, até a construção do vasto território brasileiro. Dessa forma, as memórias, assim como, as histórias foram contadas, em grande parte, sob a perspectiva da grande agricultura escravagista, e da monocultura voltada para a exportação com destaque para os ciclos da cana-de-açúcar, da laranja e do café, sendo escassos os registros históricos que mencionam a pequena agricultura, a produção para a manutenção da população brasileira, os espaços ocupados por estas, e principalmente, quem eram os atores sociais que as tornavam reais.

No que se refere as transformações da região da baixada fluminense, todos os municípios passam também por transformações significativas no uso do seu espaço geográfico, em razão desta e outras dinâmicas internas e externas, vêm promovendo constantemente alterações da sua paisagem. Contudo, a cidade de Nova Iguaçu, ainda apresenta características agudas de cidade dormitório, pois, parte da população ainda necessita sair rumo ao Rio de Janeiro e outras cidades da região metropolitana para conseguir trabalhar.

O encadeamento da ocupação do território, tanto metropolitano como em sua escala intraurbana, cooperou para a constituição de uma cidade com padrões desiguais de ocupação. Acolhendo assim, um grande e consolidado centro comercial e de serviços, com níveis de urbanização, caracterizado pela vitalidade do mercado imobiliário. Ao mesmo tempo, próximo a esses grandes centros, possui uma região periférica, carente de infraestrutura, formada por loteamentos precários implantados de forma fragmentada e por moradias.

Para o NIMA (Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente) que realizou um estudo sobre a Educação Ambiental no município de Nova Iguaçu, com o título formação de valores ético-ambientais para o exercício da cidadania no mesmo em 2010, fica claro que os problemas ambientais que ocorrem e ocorreram durante esse processo, estão ligados diretamente a fatores políticos.

Cabe ao governo municipal introduzir medidas de ordenamento do espaço, podendo ser feitas a partir das regularizações fundiárias, pois, a proximidade entre os espaços urbanos e rurais se apresentam como um fator que mantém estreita relação com os processos de urbanização e metropolização que emerge em toda baixada fluminense. E, apesar de toda história relacionada à agricultura, a região tornou-se predominantemente urbana. Mas, preserva até os dias de hoje uma forte expressão rural que está consolidada, mesmo com todos os problemas de ordem política. Pois, dez anos após a inclusão das zonas rurais no Plano Diretor, ainda temos a ausência do olhar do governo municipal a estas regiões e as zonas rurais que ainda não recebem ampla e democraticamente os benefícios das políticas públicas para o pleno desenvolvimento do setor agrícola local.

O resgate do contexto histórico, da autoestima e da imagem de afirmação do sujeito do campo, é tarefa urgente e de extrema importância, que cabe também a nós, educadores, quando pensamos educação enquanto prática de liberdade e estratégia no combate das relações de dominação que essa sociedade capitalista nos impõe. O campo não é mais ou menos importante que a cidade, por sua vez, não é o centro difusor de cidadania e progresso. É preciso conhecer e valorizar a riqueza que se produz em cada um desses espaços, já que cada um deles traduz um pouco das diferentes matrizes culturais que formam o Brasil.

A atual configuração do território da cidade é resultado de um processo de expansão urbana iniciado no final da década de 40, do traçado das ferrovias, seus ramais e, principalmente, suas estações. Posteriormente, a expansão do trem metropolitano para transporte de passageiros, a decadência da citricultura, principal atividade agrícola do município até aquele momento, e a implantação da Rodovia Presidente Dutra foram os principais elementos que contribuíram para a expansão urbana, não só de Nova Iguaçu, mas, de todos os municípios da baixada fluminense.

E, para seguirmos em frente, faz-se necessário, ao falar do histórico da baixada fluminense e de Nova Iguaçu, falar dos movimentos sociais que sempre estiveram presentes no território. Tendo o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e a CPT (Comissão Pastoral da Terra) como símbolos da resistência e da luta pela terra nesse território devastado pela urbanização. Nesse sentido, destacamos a trajetória dos movimentos sociais no campo, com história, teoria social e práticas de governos, fazendo uma análise da trajetória sócio-histórica dos movimentos sociais rurais no Brasil, relacionando-os diretamente à questão identitária, política e social do meio rural. Assim, as organizações sociais rurais contemporâneas, que lideraram lutas de resistência política desde meados do século XX,

foram marcadas pela ambiguidade, uma vez que os movimentos sociais rurais emergentes pareciam anunciar novas práticas políticas e sociais nos anos 1980, mas, rapidamente tomaram novos rumos, institucionalizaram-se e alguns se partidarizaram.

Em 2005, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) se afirma através da esperança em conseguir a desapropriação das Fazendas Sempre Verde e Paraíso para a reforma agrária, onde é hoje o Assentamento Terra Prometida (Nova Iguaçu), pois, a ação do movimento, começa bem antes de se concretizar o assentamento, inicia-se através do trabalho de base realizado em assentamentos e acampamentos mais antigos da região, como é o caso de Campo Alegre e Marapicu em Nova Iguaçu, Vitória da União em Japeri, El Dorado e Sol da Manhã em Seropédica.

Essas áreas são abandonadas e esquecidas pelo poder público, não havendo possibilidades de serem contempladas por nenhum programa de âmbito federal. O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) percebendo essa situação se colocou como um aliado desses assentamentos e acampamentos no intuito de fortalecer a luta pela reforma agrária no Estado do Rio de Janeiro. Tais assentamentos são símbolos da resistência da luta pela terra no Rio de Janeiro, tendo Campo Alegre como a primeira ocupação na história do Rio de Janeiro, realizada em 1984, que até hoje permanece como um acampamento, pois, não houve a desapropriação da fazenda pelo governo.

Em Nova Iguaçu as áreas agrícolas estão concentradas nas periferias da cidade, longe dos centros urbanos, localizadas nas proximidades da Reserva Biológica Federal do Tinguá, que faz divisa com outras cidades do Rio de Janeiro, incluindo Petrópolis. Com o intuito de entender a organização geográfica-administrativa do município e a fim de entendermos como está organizado o espaço no município, veremos a respectiva divisão administrativa. O município, de acordo com seu Plano Diretor, está dividido em seis SPIs (Setores de Planejamento Integrado), tendo cada um dos setores divididos em URGs (Unidades Regionais de Governo), que são utilizadas inclusive, para a divisão e organização das UEs (Unidades Escolares).

Um dos pontos importantes a serem explorados nas escolas do campo é a autoestima dos alunos. Além da base escolar comum, devem-se ensinar temas relacionados ao contexto, como a origem e a importância do campo para o país, o resgate da cultura do campo, medidas agrárias, bloco do produtor (que é a segurança que o produtor rural tem no caso de algum acidente, aposentadoria,...) e preservação do meio ambiente. Nesse caso, não faltam leis propondo a adequação da escola à vida no campo, no entanto, o conteúdo curricular ainda não é trabalhado, levando em consideração o contexto e a cultura do campo, as boas experiências

em educação rural se baseiam no envolvimento da comunidade nas decisões e em duas estratégias de gestão: a formação de escolas-núcleo na própria zona rural e a pedagogia da alternância.

Diante do exposto, apresento o município de Nova Iguaçu, e sua luta pela educação do campo que se materializa no bojo das lutas que o povo iguaçuano tende a enfrentar no seu dia a dia, e é também nesse contexto, que vemos a importância dos movimentos sociais e dos sindicatos que atuam no município.

Apesar dos espaços rurais existirem no município desde o século XVI, durante certo período foram subordinados à inconstâncias políticas. O Plano Diretor de 1997, criado e implantado no governo do prefeito Nelson Bornier, sem participação popular, considerou que todo o município estava totalmente urbanizado, desconsiderando todo e qualquer espaço rural. Alicerçado pela estatística, utilizaram-se da designação “agricultores urbanos”, a toda população que praticava pequena agricultura, justificando assim, a presença agrícola num território definido como integralmente urbano. De acordo com o Plano Diretor de 1997:

A organização do território da Cidade de Nova Iguaçu tem por finalidade instituir modelo de planejamento e gestão territorial consonante com os conteúdos e potencialidades de ordem geo-econômica, urbanística e ambiental da Cidade, visando o seu desenvolvimento integrado e efetivo. (art. 12, p. 4)

A especulação imobiliária de grande parte das terras estaria destinada a função de reserva de valor, aguardando as futuras transformações do uso do solo ou a passagem de rodovias que valorizassem a área e fizessem com que a venda fosse lucrativa, além disso, a legislação rigorosa tem reduzido drasticamente a construção de loteamentos populares. Com tais medidas, a população rural local foi praticamente expulsa das zonas rurais e os agricultores foram transformados em agricultores urbanos, sendo poucos aqueles que resistiram e manifestaram resistência.

Os Planos Diretores têm como objetivo nortear as políticas públicas destinadas ao município. No Plano Diretor do município de Nova Iguaçu de 2008, foram institucionalizadas as zonas rurais, que representando uma tentativa de (re)ordenamento do território, abrangeu os assentamentos da reforma agrária, pequenos produtores, sítios e chácaras. Paralelamente, o Plano Diretor de 2008 incentiva a minimização do fenômeno da especulação imobiliária e da expansão urbana em direção as áreas destinadas ao desenvolvimento de práticas agrícolas.

No ano de 2008, o Plano Diretor foi refeito com a colaboração e participação popular, e no período do governo do prefeito Lindbergh Farias, foi posto em prática. Nesse sentido, podemos perceber modificações nítidas na forma como são feitas as referências aos espaços rurais. O Plano Diretor de 2008 foi elaborado numa perspectiva de reconhecimento das áreas rurais, contando com a colaboração de grupos sociais diversos, privilegiando não só os investimentos nas áreas rurais, como também, a inclusão e o atendimento das necessidades deste setor da população. Este representa para o município um marco nas políticas públicas voltadas para as questões sociais, para os movimentos sociais rurais e, principalmente, para os agricultores que então ganharam maior representatividade política.

Vive-se um momento crucial, tempos em que a dicotomia urbano e rural num país diverso e amplo como o Brasil precisa ser amplamente discutida por todas as esferas sociais – governos e sociedade, garantindo à sociedade o direito de decidir sobre a necessidade de criação de um novo sistema de base justa e sustentável, atentos às questões das relações desiguais de poder que envolvem historicamente a relação entre espaço urbano e rural.

Com o reconhecimento de áreas rurais no município, foram criadas 12 zonas rurais, Jaceruba, Rio D'Ouro, Tinguá I, Tinguá II, Adrianópolis, Montevidéu, São Bernardino, Tinguazinho, Campo Alegre, Marapicu, Mutirão Marapicu e Prados Verdes, cujo território corresponde a menos da metade da área total do município, onde estão localizadas as 12 unidades escolares do campo. Uma cidade de natureza marcante e grandes áreas de preservação ambiental, imagina-se que a identidade rural esteja fortalecida, porém, como em todo país, não é isso que observamos. A ideia de inferioridade do campo, existe e ainda se perpetua de forma discriminatória. Um campo que necessita de um resgate, que possa levar em consideração não sua história e contexto social, mas, uma representação da mulher e homem do campo como sujeito de direitos.

I.II – EDUCAÇÃO DO CAMPO EM NOVA IGUAÇU

A partir das experiências registradas nos cursos de formação continuada desenvolvidos com os professores e equipes escolares que atuam nas 12 escolas do campo do município de Nova Iguaçu, em parceria com a UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), tem como principal objetivo discutir a realidade das UEs (Unidades Escolares), evidenciando as

questões da formação docente. No que se refere ao município de Nova Iguaçu, tais formações em parceria com a UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) são bem recebidas, desde 2009, porém, o que dificulta o desenvolvimento da formação continuada e da construção da política de educação do campo é a descontinuidade dos processos, o que compromete a realização de efetivas práticas educativas transformadoras e consequentemente a melhoria do ensino no campo. Nesse contexto, a ausência de uma política pública para atender as distintas especificidades da educação no município aparece como um dos fatores que interferem nesse processo, bem como o enfraquecimento do setor que cuida da educação do campo dentro da SEMED (Secretaria Municipal de Educação). Para tanto, como podemos pensar em construir e consolidar uma cultura de formação continuada com excelência e uma cultura de valorização do saber docente nas escolas do campo com a ausência de valorização e de reconhecimento da diversidade?

Nesse sentido, a formação de professores e o saber docente são concebidos por um processo contínuo de construção, desconstrução e reconstrução do conhecimento que se produz na prática pedagógica reflexiva crítica. E a escola é o principal espaço onde a formação continuada se desenvolve, ou pelo menos, deveria se desenvolver a partir da perspectiva inovadora, utilizando-se do saber docente, valorizando-o e reconhecendo a sua formação consolidada a partir de uma reflexão crítica sobre as práticas numa permanente reconstrução da identidade pessoal e profissional do professor.

Caldart (2004), dialoga sobre como é imprescindível uma transformação brusca da função da escola, para ela, o modelo atual de escola/educação, é um lugar onde se separa o aprendizado do fazer, e numa concepção transformadora da educação o educador(a) deverá estar muito preparado teoricamente para trabalhar buscando uma perspectiva dialógica do conhecimento, no qual teoria e prática se complementam diariamente. Arroyo (2004), reitera e propõe que possamos ter um diálogo com a diversidade dos conhecimentos e dos saberes.

De acordo com os relatórios do setor de educação do campo da SEMED (Secretaria Municipal de Educação), a institucionalização da educação do campo no município de Nova Iguaçu, começou a ser construída a partir da forte pressão dos movimentos sociais, diante do contexto preocupante de desigualdade econômica e da situação agrícola, visto que estavam introduzidos nas áreas rurais, e reivindicavam o direito da modalidade de ensino.

Entretanto, muito antes da institucionalização da educação do campo, hoje a Escola Municipal Vale do Tinguá, já realizava um trabalho com referências as práticas educacionais voltadas para questões e formação agrícola, tendo como ótica a EFA (Escola Família

Agrícola), experimentando a pedagogia da alternância nos anos finais do ensino fundamental e a prática pedagógica pautada em Celestin Freinet nos anos iniciais do ensino fundamental. Apesar de não ter atuação intensa de movimentos sociais nessa implementação, a ONG (Organização Não Governamental) em que a escola fazia parte de seus projetos EMFRAS (Emaus Fraternidade e Solidariedade), estaria ligada à igreja católica, pois, foi fundada por padres que se retiraram da vida sacerdotal, mas, queriam ainda dedicar-se ao trabalho social na localidade.

De acordo com relatos em 1989, a Diocese de Nova Iguaçu entrega a uma equipe de quatro pessoas, chefiadas por um ex-padre, co-fundador da ONG (Organização Não Governamental) para que fosse desenvolvido um projeto de educação e formação agrícola. Assim, o projeto CEDRI (Centro de Desenvolvimento Rural Integrado) foi criado, visando uma efetiva contribuição na construção de alternativas contra a pobreza e a exclusão social através de trabalhos socioeducativos voltados à infância e a juventude, objetivando o desenvolvimento autossustentável do local, através da formação agroecológica. A Escola Municipal Família Agrícola Vale do Tinguá é o resultado desse trabalho com educação popular. Atendendo desde a pré-escola ao 9º ano de escolaridade, foi inserida no sistema municipal em 2001, iniciando a proposta da pedagogia da alternância no ano seguinte. Como sendo a única escola do município que assume uma educação voltada para a realidade local com características do campo, foi escolhida também, como espaço para a realização da primeira formação para a educação do campo que a SEMED (Secretaria Municipal de Educação) promoveu.

Em 2007, foram iniciados os debates importantes em torno do horário integral no campo e do PME (Plano Municipal de Educação), durante a construção desse plano a educação do campo foi firmada como uma modalidade de ensino no município. No ano de 2008, tanto o horário integral no campo, quanto o PME (Plano Municipal de Educação) foram aprovados gerando grandes e consideráveis conquistas para a educação.

Com a aprovação do primeiro PME (Plano Municipal de Educação) 2008/2018, sancionado pelo então prefeito, Lindbergh Farias, pela primeira vez na história do município, destina-se um capítulo específico para tratar dos objetivos e metas das escolas do campo, tendo como primeiro objetivo “Adotar diretrizes curriculares próprias para a Educação do Campo – pedagogia que respeite a cultura e a identidade do campo.” O documento vem amparar de forma legal, a legitimidade e o reconhecimento das características peculiares existentes no que se diz respeito a educação do campo de Nova Iguaçu. Ao contemplar a

educação do campo como modalidade de ensino em seu PME (Plano Municipal de Educação), a cidade sinaliza a importância de reconhecer a especificidade educativa, a fim de contribuir para o fortalecimento dessa modalidade da educação.

Ainda estamos muito aquém do que o plano propunha na época, no que diz respeito as diretrizes curriculares e projetos específicos, políticas de formação e de vinculação dos educadores às escolas do campo, condições infraestruturais precárias dessas unidades escolares e a ausência da EJA (Educação de Jovens e Adultos), porém, atualmente, houve uma melhora do rendimento dos alunos, aferidos pelo IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e o processo de reconhecimento da especificidade da escola do campo por parte de toda equipe escolar. Outro ganho, após o PME (Plano Municipal de Educação) 2008/2018 se refere ao atendimento das turmas de educação infantil, que atualmente, todas as escolas do campo possuem no mínimo duas turmas dessa modalidade.

Em resumo, o PME (Plano Municipal de Educação) 2008/2018 evidenciou caminhos para uma possível transformação das histórias de vida e diversas realidades dos sujeitos envolvidos. Esse plano propôs, na época, objetivos e metas que definiam as diretrizes e apontam para a implementação de PPPs (Projetos Políticos Pedagógicos) próprios para as escolas do campo. Nesse sentido, contempla os seguintes objetivos e metas: Objetivo 1: Adotar diretrizes curriculares próprias para a Educação do Campo – pedagogia que respeite a cultura e a identidade do campo. Metas: 1) Definição pelo CME (Conselho Municipal de Educação) de diretrizes para a Educação do Campo, até 2010, tendo como referência as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. 2) Criar matriz curricular específica para Educação do Campo até 2009. 3) Adotar calendário escolar de acordo com as características de cada comunidade do meio rural. 4) Elaboração de regimento escolar específico para as Escolas do Campo, até 2009. 5) Viabilizar projetos e programas específicos para a parte diversificada do currículo, garantindo suporte financeiro. 6) Garantia de apoio à produção e divulgação de material didático pedagógico específico para Educação do Campo.

Objetivo 2: Viabilizar uma política de formação e vinculação dos educadores adequados às Escolas do Campo. Metas: 1) Formação continuada específica para 100% dos professores que atuam no meio rural, com frequência mínima de 25% de professores ao ano. 2) Criar mecanismos de aproveitamento de mão de obra local nos projetos e programas específicos para o campo. Objetivo 3: Dotar as Escolas do Campo de recursos financeiros próprios. Meta: 1) Dotação anual de verba específica para as Escolas do Campo. Objetivo 4:

Assegurar condições de acesso a todas as escolas do meio rural. Metas: 1) Aquisição, nos primeiros três anos do plano, de transporte para cada escola para a locomoção de docentes e alunos. 2) Garantia pelo município de adequação e manutenção permanente das estradas e vias de acesso às Escolas do Campo. Objetivo 5: Oferecer à comunidade rural assistência integral a saúde. Meta: 1) Estabelecimento de parcerias garantindo assistência integral a saúde à comunidade rural.

Objetivo 6: Otimizar a estrutura física dos prédios assim como os recursos da escola do meio rural. Metas: 1) Reforma e/ou ampliação, até o final de 2010, de todas as UEs (Unidades Escolares) e manutenção anual, adequadas às especificidades da educação infantil e do ensino fundamental. 2) Dotação de todas as Escolas do Campo com recursos pedagógicos, tecnológicos, ecológicos e culturais (biblioteca, internet, sistema de captação de água da chuva, revitalização e preservação de nascentes, parques infantis e outros recursos). Objetivo 7: Garantir a permanência dos professores nas Escolas do Campo. Meta: 1) Realização de concurso público nas áreas específicas para a Educação do Campo, até 2010. Objetivo 8: Atender a educação infantil nas Escolas do Campo. Meta: 1) Atendimento a 100% dos alunos do campo, na educação infantil, até 2014. De forma objetiva, esse plano legitima a educação do campo no município e abre portas para possíveis e novas conquistas.

O PME (Plano Municipal de Educação) 2008/2018, deixa de valer em 2014, após a promulgação da Lei nº 13.005/2014 que aprova o PNE (Plano Nacional de Educação), que estabelece diretrizes, metas e estratégias que devem reger as iniciativas na área da educação no âmbito nacional, de acordo com sua publicação, o PNE (Plano Nacional de Educação) e o PME (Plano Municipal de Educação) devem ser revisados a cada dois anos da publicação original, com uma equipe de monitoramento do plano, com intuito de rever metas e avançar na execução das estratégias. No que se diz respeito ao município de Nova Iguaçu, a Lei nº 4.504 de 23 de junho de 2015, “dispõe o plano municipal de educação para o decênio 2015/2025, na forma a seguir especificada, e adota outras providências.” Invalidando a antiga lei, a educação do campo, se garante com uma meta específica, a meta 8, que tem como objetivo “elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano, para as populações do campo, de menor escolaridade e dos 25% mais pobres” (2015, p. 13), que vem acompanhado de dezessete estratégias para garantir a possibilidade de cumprimento da meta. O PME (Plano Municipal de Educação) do município está no segundo ano de monitoramento, de acordo com a portaria SEMED nº 039 de 09 de maio de 2019 publicado no Diário Oficial do dia 29 de maio de 2019.

Atualmente, de acordo com os dados do setor de matrícula da SEMED (Secretaria Municipal de Educação), a Rede Municipal de Educação é formada por 144 UEs (Unidades Escolares), oferecendo modalidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Educação do Campo. Sendo 12 escolas inseridas em território rural e/ou periurbano, designadas como “Escolas do Campo”. Essas escolas do campo, de acordo com o levantamento do setor, atendem atualmente, um quantitativo razoável de alunos do total de matrículas da rede, conforme descrito pela própria SEMED (Secretaria Municipal de Educação). Ao localizarmos geograficamente as escolas do campo, muita das vezes chamadas de escolas rurais, é notório o quanto estão em locais estratégicos no que diz respeito à disputa territorial, recursos naturais e Educação Ambiental.

O município de Nova Iguaçu é dividido por URGs (Unidades Regionais de Governo), possuindo 09 URGs (Unidades Regionais de Governo) sendo elas: Unidade Regional de Governo do Centro (URG I), Unidade Regional de Governo da Posse (URG II), Unidade Regional de Governo de Comendador Soares (URG III), Unidade Regional de Governo de Cabuçu (URG IV), Unidade Regional de Governo do KM 32 (URG V), Unidade Regional de Governo de Austin (URG VI), Unidade Regional de Governo de Vila de Cava (URG VII), Unidade Regional de Governo de Miguel Couto (URG VIII) e Unidade Regional de Governo de Tinguá (URG IX).

De acordo com os dados do setor, os bairros que possuem as 12 escolas do campo, estão crescendo e o número de alunos atendidos também. Atualmente, o setor de educação do campo da SEMED (Secretaria Municipal de Educação) é composto apenas pela professora Isabella de Mello Leite, que assumiu a coordenação do setor em março de 2019, após alguns meses de congelamento do mesmo, pois, o setor havia sido extinto. No ano anterior, ficou sob a coordenação da professora Luana Martins Abreu, que durante anos trabalhou na E.M. Vale do Tinguá, inclusive no período do regime de alternância. Nos anos de 2013 a 2015, teve como responsável as professoras Patrícia Tortelloti, Cristina Bilheiro, Keli Regina Costa, Marcia Luísa Machado e Sirléia Guimarães que atuavam juntamente ao setor de Educação Ambiental, e a educação do campo era uma parte pertencente ao setor.

No que se refere aos números da educação do campo, Nova Iguaçu possui 12 escolas em 05 URGs (Unidades Regionais de Governo) do município, sendo elas: E.M. Dr. José Brigagão Ferreira, que atua no primeiro segmento, URG de Austin, E.M. Adrianópolis e E.M. Barão do Guandu, também oferecendo os anos iniciais do ensino fundamental, na URG de Vila de Cava, E.M. Profª. Therezinha de Jesus Araújo Hermida, E.M. Jardim Montevideo,

com o primeiro segmento em Tinguá e E.M. Barão de Tinguá, E.M. Jaceruba, E.M. Vale do Tinguá, E.M. Profª. Lucia Vianna Capelli oferecendo anos iniciais e anos finais também na URG de Tinguá. E.M. Visconde de Itaboraí e E.M. Campo Alegre, atendendo o primeiro segmento na UGR de Cabuçu e E.M. Shangri-lá também com o primeiro segmento na URG do KM 32.

Em números, das 12 escolas da rede apenas 04 escolas atendem o 2º segmento e todas elas ficam na mesma região. Outro fato relevante na rede municipal é que nenhuma escola do campo possui a modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos), mesmo estando prevista pelo PME (Plano Municipal de Educação). A coordenação nos informa que durante um período houve uma experiência na E.M. Jaceruba, porém sem êxito, sendo fechada devido a ausência de alunos. De acordo com a coordenação, não há demanda para abertura de novas turmas. Não tivemos acesso a ata de abertura, nem a ata de fechamento dessa modalidade, o que nos dificultou em precisar a data que a EJA (Educação de Jovens e Adultos) funcionou nessa UE (Unidade Escolar).

A coordenação do setor, desde 2008, mantém um quadro atualizado das condições estruturais, humanas e pedagógicas dessas escolas, incentivando, quando possível, o intercâmbio entre as UEs (Unidades Escolares) e o debate acerca da História da Educação do Campo no Brasil, a seguir, teremos um breve comentário sobre a estrutura física das mesmas.

A E.M. Barão de Tinguá (URG IX) possui prédio com boa estrutura, porém, com alguns problemas estruturais, a escola tem dificuldade ao se reconhecer como escola do campo e, por isso, os professores apresentam resistências à proposta da educação do campo. Assim, podemos perceber essa dificuldade do trabalho no que se refere a proposta do campo. E.M. Vale do Tinguá (URG IX) está lotada num prédio alugado com boa estrutura e boa relação com a comunidade escolar, a UE (Unidade Escolar), assim como Jaceruba, desenvolve projetos belíssimos levando em consideração práticas pedagógicas e a proposta em educação do campo. No ano de 2019, o projeto “Residência Pedagógica” aconteceu na UE (Unidade Escolar) com alunos da LEC (Licenciatura em Educação do Campo) da UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro).

E.M. Jardim Montevideó (URG IX) possui prédio reformado, porém apresenta alguns problemas na estrutura, a escola funciona pensando nos princípios da educação do campo, tendo funcionários parceiros para o cultivo das hortas e projetos pedagógicos dentro da UE (Unidade Escolar). E.M. Profª. Therezinha de Jesus Araújo Hermida (URG IX) era a antiga E.M. Daniel Nogueira Ramalho. Escola inaugurada em 2016, com alguns problemas

estruturais. E.M. Prof^a. Lúcia Vianna Capelli (URG IX) possui estrutura do prédio com necessidades de obra, apresentava fragilidade na sua relação com a comunidade e resistência com a proposta da educação do campo.

E.M. Jaceruba (URG IX) está com a estrutura do prédio com necessidade de algumas obras de infraestrutura. A equipe apresenta ótima relação com a comunidade, reconhecendo-se como escola do campo na implementação de projetos que contemplem essa proposta. O trabalho desenvolvido leva em consideração a necessidade de práticas pedagógicas voltadas para a educação do campo, assim como, o comprometimento de todos os funcionários, trazendo a comunidade para dentro da escola e muitos parceiros externos para a execução de projetos pedagógicos.

E.M. Barão de Guandu (URG VII) possui estrutura que necessita de obras. Tem uma ótima relação com a comunidade. Se reconhecem como escola do campo e implementam projetos que contemplem essa proposta. E.M. Adrianópolis (URG VII) apresenta boa estrutura do prédio, porém com necessidades de reparos em sua área externa e telhados. Se reconhece como escola do campo e vem implementando aos poucos, projetos que contemplem essa proposta. E.M. Dr. José Brigagão Ferreira (URG VI) está lotada no prédio que necessita de reparos, apresenta boa relação com a comunidade, porém tem dificuldade em se reconhecer como escola do campo, devido a sua localidade periurbana, próximo ao Arco Metropolitano, e, por isso, tem resistência a proposta.

E.M. Shangri-lá (URG V) apresenta boa estrutura do prédio, apresentando também, boa relação com a comunidade, porém, os professores apresentam dificuldades em se reconhecerem como escola do campo, mesmo estando próximo ao Rio Guandu, sendo cercada por moradores que tiram da pesca o seu sustento, possuem resistência às propostas da educação do campo e dos movimentos sociais. Atualmente, fazem trabalho com horta e com ajuda de parceiros externos. E.M. Visconde de Itaboraí (URG IV) está lotada em prédio alugado, com estrutura que necessita de reparos, pois, não comporta a demanda do bairro, defendem a proposta de educação do campo, mas, tem dificuldade na prática.

E.M. Campo Alegre (URG IV), Campo Alegre é um assentamento histórico e fundamental na luta pela terra no Estado do Rio de Janeiro, tem sua escola como uma unidade municipalizada com um prédio que possui mais de 25 anos e que nunca passou por reformas, dessa forma, sua estrutura predial apresenta muitos problemas, oferecendo possível risco a comunidade escolar. Não apresenta resistência com a proposta de educação do campo, porém,

durante um período apresentavam dificuldades em implementar projetos que contemplem essa proposta.

Ao avaliarmos a situação dessas escolas do campo, comparado aos dias de hoje, podemos constatar que alguns avanços estruturais foram feitos, constatamos também que, a necessidade de pertencer ao campo ainda se faz necessária. Porém, um grande avanço pode ser considerado, se considerarmos os avanços pedagógicos realizados, inclusive no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) dessas escolas, que mostra o quanto a aprendizagem pode estar sendo significativa, visto que os alunos tiveram notas melhores nas provas.

Apesar da política de formação continuada na Rede Municipal de Ensino está estruturada na perspectiva da educação urbana, para atender a realidade do campo, em 2009 inicia-se um trabalho nas escolas do campo com o objetivo de atender as demandas de formação de seus educadores dentro da sua realidade, iniciando na E.M. Campo Alegre, no ano de 2011. Nos anos seguintes, iniciou a multiplicação desse trabalho, com as formações continuadas nas escolas.

I.III – MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO

As ações dos movimentos sociais na educação do campo ganha um novo sentido quando associada ao movimento que defende a educação articulada com a criação de condições materiais para a vida no campo, a defesa de uma educação do campo tem como sustentação o reconhecimento de uma realidade de trabalhadores e trabalhadoras que têm resistido para continuar produzindo sua vida no espaço rural e especialmente o reconhecimento dessa realidade precisa ser alterada tendo em vista a crescente pobreza, o desemprego, dificuldades de acesso às políticas públicas, saúde, educação, transporte e infraestrutura, entre outros.

Diversidade, diferença, desigualdade. Quando observamos o quadro social, pode parecer que essas três palavras são sinônimas. Os processos de desigualdade social atingem diferenciadamente negros, indígenas e brancos; homens mulheres e homossexuais; pessoas com deficiência; trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo. A diferença está a tal ponto naturalizada

que não se apresenta como diversidade: a diferença é justificativa para a desigualdade socialmente produzida e sustentada. (MIRANDA, 2010, p. 7)

Portanto, pensar no projeto de educação do campo pressupõe a sua sustentabilidade em termos econômicos, sociais e culturais, além disso, os movimentos sociais especialmente do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) têm um projeto educacional que está associado a um projeto político e de transformação social, a nossa tarefa educacional é simultaneamente a tarefa de formação social ampla e emancipadora, pois, nenhuma das duas podem ser costa e frente da outra, elas são inseparáveis, a transformação social radical é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no sentido amplo e vice-versa, assim, a educação não pode funcionar e deve ser articulada adequadamente e redefinidos constantemente no seu inter-relacionamento dialético com as condições necessárias para a transformação social, emancipadora e progressiva.

Com o processo de luta do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) é possível perceber que a educação é expressão de todas as peças dinâmicas construídas coletivamente, ou seja, ela é constituída pelas relações sociais, mas, é também constituinte e significa dizer que o processo educativo individual instrumentaliza os trabalhadores para o seu trabalho, para a cooperação e para as lutas junto de partido político, a militância ecológica e das mulheres acampados e assentados, pode-se inferir no contexto do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) tendo dois processos educativos, um deles refere-se ao processo educativo presente nas lutas do movimento, aprendizado pela experiência da ocupação de terras, das reuniões, das manifestações públicas, da vida nos acampamentos, da organização do trabalho e da produtividade, enfim, de todos os desafios de uma luta de terra, o outro processo mais intencional e planejado de forma sistemática são os cursos desenvolvidos pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e as iniciativas escolares, nos assentamentos rurais o movimento contou com as escolas da rede regular de ensino vinculadas as redes estaduais e municipais de séries iniciais na sua maioria e de séries finais do ensino fundamental, alguns deles contam também com escolas de ensino médio, a formação acontece também em nível técnico como no curso de magistério para professor de assentamentos, no curso superior de pedagogia da terra e no curso técnico em administração de cooperativas.

[...] o campo congrega o Movimento dos Sem-Terra (MST), movimentos sindicais de trabalhadores rurais, assalariados e da agricultura familiar,

movimentos dos atingidos por barragem, indígenas, povos da floresta e do serrado, quilombolas, entre outros. O campo é diverso, e compreendê-lo exige superar análises reducionistas dessa diversidade. A legislação foi forçada a assumir a diversidade que compõem o campo no Brasil. (MIRANDA, 2010, p. 37)

Os alunos desses cursos participam da gestão das escolas que realizam trabalhos práticos nos assentamentos dentro da chamada pedagogia da alternância de escolas, cursos e programas, o movimento também mantém a escola nacional e oferece aos assentados curso básico de formação de militantes e curso de formação de formadores em todo país, funcionando como PRONERA (Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária).

Observa-se pelas experiências educacionais escolares uma revolução no conceito da escola tradicional nas áreas de assentamentos, podemos nos referir a escola itinerante criada na mesma lógica do acampamento pelo fato dela estar em movimento e acompanhar as ocupações e preocupações, com isso, os acampamentos nas cidades com base em grupos de trabalhos coletivos têm pressionado não só pela reforma agrária, mas, por uma política agrícola que viabilize a pequena produção no campo, pois, uma população que não tem as políticas públicas, mesmo que o movimento esteja envolvido diretamente nas lutas por uma educação do campo, seu projeto de formação vai mais além ao desenvolver as suas políticas educativas do que direcionar uma formação técnica.

As organizações e mobilizações pela sociedade com projetos sociais têm o objetivo de reivindicar melhorias para diferentes problemas que acontecem em suas comunidades, nesse caso, também podem ser traduzidos por lutas populares por moradia, saúde e educação, enfim, princípios básicos para que um cidadão tenha uma vida digna. Durante os anos de 1960 a 1970 a educação brasileira bem como toda a sociedade estava subordinada às reformas realizadas pela cúpula do regime militar, nessa época geralmente a maioria das tentativas de reivindicações sociais poderiam ser interpretadas como ameaça a área social o que na maioria das vezes esse aumento não esteve restrito às populações camponesas, mas, a todas as formas de contraposição ao poder militar.

A situação começa a ser contornada por volta de 1990, à sociedade como um todo aprendeu a reivindicar o direito de cidadania a partir da constatação da qualidade de cidadão, apoiadas na nova Constituição Federal do Brasil de 1988, as transformações ocorridas dentro do campo podem contornar a situação a favor de suas demandas e gradativamente redefinir as normas e as representações sobre isso, nesse sentido, auxiliados por dentro da base jurídica constitucional, a sociedade de forma geral aprendeu a se organizar em sindicatos, que ocorreu

no processo de luta pela redemocratização do país, entretanto, as formações das organizações não incidem de forma simples pelo contrário, existe sim o clima de grande incredulidade por boa parte dos políticos e das organizações estatais que construíram ao longo do tempo.

Os movimentos sociais geralmente definiram-se como uma ameaça aos interesses monopolista que eles apresentam e defendem, ou seja, a educação é um direito de todos sem exceções à Lei, não estabelece nenhum tipo de limite e generaliza como dever do estado e da família em colaboração com a sociedade, a educação deve garantir o pleno desenvolvimento da pessoa como cidadã e também preparar na qualificação para o trabalho, sendo assim, as colonizações do campo não estão sendo estabelecidas de acordo com as reais necessidades da população, com a finalidade de contornar essa situação do movimento alguns princípios, objetivos e propostas que lutam por uma educação do campo considerando as diretrizes definiram um apanhado de lutas contínuas por uma educação de qualidade.

[...] as lutas contínuas contra projetos dominantes expandiram as fronteiras da política institucional e denotaram a construção da democracia como processo descontínuo no qual se redefiniram as noções convencionais de cidadania e participação. (MIRANDA, 2010, p. 10)

O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) como instrumento legal garante o direito à educação de crianças e adolescentes, assim, a investigação sobre o mesmo articulado a educação do campo percebe-se o quanto seria relevante envolvermos com a história de luta pela terra, entretanto, o que temos no processo investigativo é a possibilidade de elaborarmos coletivamente propostas para a formação crítica e sanadora de educação, assim, julga-se que esse trabalho pode chamar atenção para a importância do corpo docente das escolas do campo conhecer e se envolverem com a realidade das comunidades, a possibilidade de não somente criarmos nossos conhecimentos sobre a realidade investigada como também permite dentro da perspectiva processual da pesquisa a exploração, a descoberta, a reflexão e a análise do conhecimento dos professores.

Portanto, a busca constante na formação de educadores devem ser enfatizados na implementação teórica e prática de suas propostas, pois, devemos pensar na atualidade das escolas do campo envolvida principalmente com suas demandas e questões, uma conquista dos movimentos sociais do campo foi o Decreto presidencial de 4 de novembro de 2010 PRONERA (Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária) e o PRONACAMPO (Programa Nacional de Educação do Campo), no que se referem aos povos do campo ainda é

possível perceber uma carência de formação de professores para atuação nas escolas do campo, a formação que se encontra são cursos preocupados apenas com a lógica do mercado conteudista e superficiais com currículos improvisados do ensino fundamental tradicional entre outras contradições, as dificuldades de assegurar o acesso e permanência desses jovens e a evasão escolar, o espaço físico é outra situação ocasionando o fechamento das escolas etc.

O material didático pedagógico específico de uma política que cria melhores condições de carreira e formação para os docentes com um olhar mais bem direcionado para a educação do campo perante a realidade vivenciada, está no artigo 28 da LDBN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e deixa clara a necessidade de adequação do currículo escolar no cotidiano da população rural. Assim, esse artigo dá os primeiros passos para um debate inicial sobre o conceito de educação do campo defendido no ano seguinte, em 1997, no primeiro Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária, consideramos importantes aspectos para a formação de professores, pois contém o que é especificidade da educação do campo para professores e equipe pedagógica que atuam nas escolas do campo, instrumentalizando para uma atuação pedagógica contextualizada, em conformidade com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e demais orientações curriculares, consideramos ainda importante, nesse processo formativo, as parcerias entre as universidades e escolas, a efetivação dos direitos adquiridos em relação à educação do campo reforça a necessidade de atendimento da LDBN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e da legislação subsequente.

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; [...]. (BRASIL, 1996, art. 28)

Durante muito tempo o cenário das discussões em torno da educação dos povos do campo tomou como diretriz apenas suas especificidades geográficas culminando na negação de uma educação de qualidade sob a alegação de que era desnecessário e dispendioso investir recursos na manutenção de escolas distantes dos centros urbanos e com poucos estudantes. Essa situação começa na década de 1980, com o processo de redemocratização do Brasil quando movimentos sociais se tornam mais representativos, como resultado das lutas para a redemocratização do país é promulgada a Constituição Federal do Brasil de 1988, cuja oferta

de educação torna-se obrigatória e gratuita, nesse momento, a educação no Brasil reforça e normatiza, entre outros aspectos, a promoção de educação para todos.

Em 1996, é sancionada a LDBN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) fazendo um artigo específico sobre a oferta da educação para os povos do campo, que determina a equação da educação e do calendário escolar às peculiaridades da vida rural, tendo em vista que, a legislação educacional sugere apenas adaptação do calendário escolar para as escolas rurais, os movimentos sociais ganham espaço com a realização do 1º Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária, esse momento é concebido como o início do movimento de educação do campo no Brasil, onde um grupo atuante das discussões por uma educação de qualidade para os povos do campo toma frente das lutas por políticas públicas educacionais para atender as questões específicas dos povos do campo.

Nessa luta a legislação que normatiza a educação do campo começa a ganhar corpo e aprovação de políticas públicas educacionais para os povos do campo, a adequação necessária para garantir a educação dos povos camponeses em seu caráter singular, crítico e emancipatório, em 2002 instituindo-se as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo com a necessidade de promover a cidadania social, órgão vinculado ao MEC (Ministério da Educação) que tem como uma de suas tarefas garantir o cumprimento da legislação, em 2008 a resolução estabelece as diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da educação básica do campo, razão das medidas legais para o funcionamento e a criação de escolas no campo, em 2010 é assinado o Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010 que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária, as conquistas em ampliação da oferta de educação aos povos do campo se constituíram a partir de lutas dos movimentos sociais no campo nos últimos anos que teve como uma de suas preocupações o enfrentamento da concepção de educação ruralista dedicada a forjar uma educação instrumentalista.

Nesse sentido, para governantes é possível que qualquer coisa sirva. Durante muito tempo a educação do campo de qualidade tem sido negligenciada. Assim, promover algum tipo de escolarização a esses povos não pode ser como os moldes de educação urbana, isso comprova somente uma maneira de submeter e silenciar esses sujeitos a uma educação inadequada.

A educação intercultural do campo luta por uma educação que valorize a cultura, saberes, crenças e não somente pelas melhorias físicas nos espaços escolares, mas, a

valorização na perspectiva de superação de um modelo de sociedade excludente. Os povos do campo merecem uma proposta de educação em que a cultura seja ponto de partida para um projeto de educação básica que tenha como objetivo incorporar uma visão plural do conhecimento da cultura.

Nessa perspectiva, o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a cultura são direitos às crianças, os jovens, os homens e as mulheres do campo. Pois, assim, não se traduz somente para a garantia do acesso ao conhecimento sistematizado. Faz parte também, da crítica à produção do conhecimento imposta pela colonialidade do saber. A educação do campo deve ser uma proposta intercultural crítica, de luta para o conhecimento e as suas formas de produção e disseminação de uma escola com prática pedagógica que respeite as especificidades dos povos do campo, apontando a necessidade de reconfiguração da prática curricular e, por consequência, da avaliação da aprendizagem.

I.IV – LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Com o fim do regime empresarial militar 1964/1985 e o período de redemocratização do país, foi promulgada a Constituição Federal do Brasil, em 1988. O texto vinculou recursos para a manutenção e o desenvolvimento do ensino público, a carta de 1988 forneceu algumas mudanças no que se compete ao ensino, à gestão democrática e a consagração da educação como direito público e subjetivo.

A educação é direito social apresentado ao longo de dez artigos específicos, do artigo 205 ao artigo 214, o mais longo da história da educação brasileira. Em meados da década de 1980, podem-se relatar algumas mudanças na intencionalidade e na construção de uma educação do campo. As organizações da sociedade civil especialmente as ligadas à educação popular incluem uma educação do campo com temas estratégicos para a redemocratização do país. Esse fato está associado ao processo de resistência. A ideia era reivindicar e simultaneamente construir um modelo de educação sintonizado com as particularidades culturais, os direitos sociais e as necessidades próprias da vida das populações do campo:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender,

ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber. (BRASIL, 1988, art. 206)

Com a Constituição Federal do Brasil de 1988, houve uma expansão de diretrizes, emendas constitucionais, pareceres e resoluções, assim, a LDBN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) estabelece que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III – adequação à natureza do trabalho na zona rural. (1996, art. 28)

O artigo possibilitou a construção das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, o documento é considerado um marco do direito à educação nos territórios rurais. No entanto, nota-se que a prioridade ainda não é a educação para o sujeito que vive no (e do) campo, na medida em que visa adequação à natureza do trabalho na zona rural. Ou seja, a prioridade ainda é o trabalho para a produção econômica, adequação do calendário escolar na época de plantio e colheita na zona rural, aparecendo apenas como um guia para a reprodução econômica e não como uma concepção de formação humana. Somente com a Constituição Federal do Brasil de 1988 é que a educação torna-se um direito público e subjetivo.

A partir da implementação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo houve um avanço significativo em termos de educação, pois, pela primeira vez na história da educação brasileira é produzido um documento legal, que desenvolve atividades pertinentes a vários ministérios como saúde, transporte, educação e meio ambiente. Até então, os assuntos ligados à educação eram tratados pelo departamento nacional do ensino ligado ao ministério da justiça. O marco histórico da educação rural só iniciou em 1934, onde começou as primeiras inclusões na legislação brasileira.

No entanto, o que temos assistido ao longo do tempo é que a inclusão da Lei não tem significado de garantia de recursos e atenção ao desenvolvimento de um projeto de educação do campo. Assim, a Constituição Federal do Brasil de 1988 estabelece e estende a obrigatoriedade e busca garantir a oferta do ensino fundamental a toda população do campo,

partindo do princípio constitucional que reconhece a possibilidade de uma educação junto às singularidades do campo, dando autonomia às instituições.

A diversidade sociocultural e o direito à igualdade possibilitam a definição de diretrizes operacionais para a educação rural. No entanto, um projeto global de educação para o país significaria levar em conta as finalidades dos conteúdos e da metodologia de aprendizagem, permitindo ainda a organização escolar própria e a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e as condições climáticas. Nesse sentido, a luta dos movimentos sociais é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, temporalidade e saberes próprios dos estudantes.

Em 2002, instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo:

Estas Diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal. (art. 2º, p. 1)

Em 2004, foi criada a SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), no âmbito do MEC (Ministério da Educação) e assim, foi criada a Coordenação Geral de Educação do Campo, o que significou a inclusão na estrutura federal de uma instância responsável especificamente no atendimento das demandas do campo, a partir do reconhecimento de suas necessidades e singularidades, sendo assim, podemos atender agricultores, familiares, extrativistas, pescadores, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros grupos. A oferta de educação básica às comunidades rurais e oferta de educação do campo com padrões mínimos de qualidade estão sempre subordinados ao cumprimento da legislação educacional. O planejamento da educação do campo é oferecido às escolas da comunidade multisseriadas ou não. Portanto, devido à constituição, está garantida na oferta básica para todos, mas, tal garantia é apenas superficial.

A história da educação do campo foi marcada profundamente pelo abandono do poder público e, com isso, surgiram diversas iniciativas de movimentos sociais e sindicais populares que paralelamente construíram em número de experiências educativas uma reflexão acerca da realidade e o interesse dos povos do campo que defendem o meio rural como espaço de

diversidade cultural. É necessário continuar a luta pela construção de uma escola de qualidade que responda aos interesses e necessidades desses sujeitos.

Construir uma política de educação do campo referenciada na grande diversidade das populações rurais é uma tarefa a que o Ministério da Educação, juntamente com os sistemas públicos de ensino e os movimentos sociais e sindicais do campo, tem se dedicado com grande zelo em virtude do reconhecimento da enorme dívida do poder público em relação ao direito dos povos do campo à educação. (BRASIL, 2012, p. 4)

Com as lutas dos movimentos sociais, em especial o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), na construção coletiva de políticas públicas que favoreçam a proposta de desenvolvimento sustentável para os que vivem no campo, faz-se necessário recuperarmos a história coletiva da luta por uma educação do campo em que a primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo pode ser considerada um marco importante, trata-se de um processo de reflexão e mobilização por uma educação que considere os seus conteúdos e suas metodologias específicas do campo.

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), em 1997 em parceria com diversas entidades, levando em conta à cultura, as características, as necessidades e missões de quem vive nos campos teve como proposta a 1ª Conferência Nacional, organizado de forma com que participantes debatessem coletivamente sobre os seguintes temas: desenvolvimento rural e educação do Brasil, desafios e perspectivas, situação da educação rural no Brasil e na América Latina, políticas públicas em educação no Brasil, Financiamento da educação e política educacional para escolas indígenas em busca de um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil, projeto popular de desenvolvimento para o campo e o compromisso de serem educadores e educadoras do campo. Assim, o primeiro volume da coleção por uma educação básica do campo traz importantes reflexões sobre os conceitos de educação básica no campo no que diz respeito ao conceito de educação. O documento chama atenção para se garantir uma educação específica e diferenciada para os sujeitos do campo.

Em relação ao conceito de educação básica, o documento utiliza o mesmo significado atribuído pela LDBN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) que identifica a educação básica como um dos níveis da educação escolar formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, incluindo também, EJA (Educação de Jovens e Adultos) e educação profissional integrada. O segundo volume da coleção traz importantes trabalhos, por uma proposta de um Brasil popular tendo como compromisso o desenvolvimento

democrático no campo e das expressões culturais dos sujeitos que trabalham e vivem no campo.

O terceiro volume da coleção tem como título projeto popular das escolas do campo e tem por objetivo dar continuidade a reflexão sobre as escolas do campo e como elas se inserem na dinâmica das lutas pela implementação desse projeto, o documento é importante para mobilização do campo em prol da reforma agrária em uma justa política agrícola, ocupando lugar de destaque em educação do campo. Existe, de fato, uma nova prática de escola que está sendo construída nesse movimento, as educadoras e educadores do campo participam intensamente do processo de transformação que vem acontecendo. É preciso aprender a potencializar mais os elementos presentes nas diversas experiências e transformá-los em um movimento consciente de construção das escolas no campo como escolas que ajudem no processo mais amplo de humanização e de reafirmação dos povos do campo como sujeitos de seus próprios destinos, de suas próprias histórias. Uma escola do campo é uma escola com o jeito, o rosto e a identidade dos sujeitos que vivem e estudam no campo. Assim, as escolas do campo devem ajudar a formar por meio do cultivo da memória e dos valores de quem vive do trabalho na e da terra, por isso, é importante ressaltar que os sujeitos que vivem e trabalham no campo, tem o direito e o dever de estudarem para além do ensino médio e, também, de irem além do limite na escola formal.

O caderno de número cinco da coleção reafirma a concepção de educação com o objetivo de realizar análises sobre as referências teóricas que estão sendo construídas por diferentes sujeitos, analisando o próprio campo e o PPP (Projeto Político Pedagógico), a partir de seus sujeitos da cultura, do trabalho e modos de vida, formando um conjunto de condições que não se limitam ao espaço escolar, mas, que também, se alimenta pela sua vocação universal de ajudar no processo de humanização das pessoas, na busca de ampliar a compreensão do campo e as múltiplas faces do desenvolvimento capitalista especificando a existência de diferentes paradigmas de desenvolvimento em confronto de território.

O Programa Nacional de Educação do Campo foi construído pelo grupo de trabalho coordenado pelo MEC (Ministério da Educação) e SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), formado pelo Conselho de Secretários Estaduais de Educação, União, dirigentes municipais de educação, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Educação do Semiárido Brasileiro, Universidade de Brasília e Universidade Federal de Minas Gerais.

Atendendo as demandas dos sistemas de ensino dos movimentos sociais, as propostas específicas para implementação da política de educação quilombola foram discutidas com a secretaria de políticas para promoção da igualdade racial, sendo submetido à consulta junto à Comissão Nacional Quilombola, o programa compreende a efetivação das políticas de educação básica e superior contando com a colaboração da Secretaria de Educação Superior, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, com a perspectiva da participação de diferentes setores e da promoção da intersetorialidade das políticas públicas.

Assim, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Combate à Fome suscitou um amplo debate sobre a importância de sua implementação por meio de regime de colaboração entre a União, os estados, os municípios e o Distrito Federal, a proposta foi apresentada no fórum de secretários estaduais de educação. O programa estruturado constituiu-se de um conjunto de ações voltadas ao acesso, a permanência na escola, a aprendizagem e a valorização do universo cultural das populações do campo, sendo estruturado em quatro eixos: gestão e práticas pedagógicas, formação inicial e continuada de professores, EJA (Educação de Jovens e Adultos), educação profissional e infraestrutura física e tecnológica.

Com isso, foram apresentadas e encaminhadas propostas de alterações legais para alteração da Lei número 9394/96 de 20 de dezembro que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional para fazer constar a exigência de manifestação do órgão normativo do sistema de ensino, contemplando a proposta pedagógica por alternância realizada por instituições conveniadas com os sistemas de ensino, a EJA (Educação de Jovens e Adultos) por meio da proposta saberes da terra e o programa nacional da reforma agrária, este com o objetivo de disponibilizar apoio técnico e financeiro aos estados, municípios e Distrito Federal para a implementação da política de educação do campo, visando à ampliação do acesso e a qualificação da oferta da educação básica e superior por meio de ações para a melhoria da infraestrutura, da formação inicial e continuada de professores, da produção e disponibilização de material específico aos estudantes do campo e quilombolas em todas as etapas e modalidades de ensino. As diretrizes normatizam também, que, a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais evitando os processos de criação de escolas e o deslocamento das crianças, estabelece ainda, que, em nenhuma hipótese sejam agrupadas em uma mesma turma criança de educação infantil com crianças de ensino fundamental.

CAPÍTULO II – EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM ENCONTRO NECESSÁRIO

II.1 – EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO

O capítulo inicia com o conceito de Educação Infantil do Campo, apresentando em seguida a organização do trabalho pedagógico da Educação do Campo e seus fundamentos.

Bebês e crianças pequenas têm estado “invisíveis” quando tratamos de políticas públicas. De acordo com Ariès (1986, p. 10) “a passagem da criança pela família e pela sociedade era muito breve e muito insignificante [...]”, não eram reconhecidas como produtoras de culturas. Com o passar do tempo, com as discussões acerca do assunto “infância”, crianças passaram a ser reconhecidas como pessoas, ou seja, sujeito histórico e de direitos nas relações, interações e práticas cotidianas nas quais vivenciam, constroem conhecimentos e produzem culturas. Portanto, a criança deve ser compreendida no sentido plural porque são plurais. Nesse sentido, o desenvolvimento infantil ocorre em vários momentos da vida da criança. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988,

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, art. 205)

Na LDBN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) 9394/96, artigo 29 cujo seu principal objetivo é promover nos pequenos estudantes o desenvolvimento dos aspectos físico, motor, cognitivo, social e emocional, além de, fomentar a exploração, as descobertas e a experimentação. É nessa fase também, que, as crianças começam a interagir com pessoas de fora do seu círculo familiar e comunitário, principalmente, através da realização de jogos e atividades que envolvem a ludicidade.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à

dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, art. 227)

Com isso, percebemos que é direito das crianças terem educação de qualidade e que as respeitem como sujeitos ativos e protagonistas de suas histórias e culturas. Assim, as DCNEIs (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil), aprovada em 17 de dezembro de 2009, consideram que criança é um:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010, p. 12)

Dessa maneira, as DCNEIs (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil), afirmam que os currículos devem ser um:

Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL, 2010, p. 12)

Ou seja, currículo não é aquele que se define *a priori*, mas, aquele que é vivenciado com as crianças a partir de seus saberes, manifestações, articulado com aquilo que consideramos importante que conheçam do patrimônio da humanidade.

Portanto, as propostas pedagógicas deverão articular “[...] atividades pedagógicas que levem em conta o conjunto das dimensões da formação humana” (BENJAMIN; CALDART, 2000, p. 39) com o desenvolvimento integral das crianças em todas as ações cotidianas das instituições de educação infantil. Com os princípios éticos, políticos e estéticos, assim, a educação infantil assume um papel importantíssimo no processo formativo, não só por ser o ponto inicial da vida escolar da criança, mas, também, por exercer grande influência no desenvolvimento afetivo, moral e intelectual. Assim, entendemos a educação infantil. Mas, como entendemos a educação do campo?

Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e na LDBN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) 9394/96, reconhecemos em seus marcos legais a educação como direito de todos, sendo diretamente importantes para impulsionar ações de

movimentos sociais do campo, no sentido de reivindicar políticas educacionais específicas para essas populações. O que tem resultado, mesmo que lentamente. Nessa busca pelo enfrentamento de tais questões, surgem:

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo constituem-se como referência para a Política de Educação do Campo à medida que com base na legislação educacional estabelecem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal. (BRASIL, 2012, p. 4)

Desde 2012, essas diretrizes são motivos de muitas discussões e até ausências. Outra discussão que perpassa a história educacional brasileira é sobre a melhoria da qualidade do ensino no país, que está diretamente ligada à formação docente inicial e continuada. Justificando Benjamin e Caldart (2000, p. 32/33):

A grande tarefa de educadoras e educadores Sem Terra que querem ajudar a construir escolas do MST, é se assumirem como sujeitos de uma reflexão permanente sobre as práticas do MST, extraindo delas as lições de pedagogia que permitem fazer (e transformar) em cada escola, e do seu jeito, o movimento pedagógico que está no processo de formação da identidade dos sujeitos Sem Terra, como está também na formação dos sujeitos humanos, de modo geral.

Portanto, a educação do campo vem se tornando uma temática de grande relevância nacional. Vários seminários, artigos e obras estão discutindo a temática, todos declaram a urgência de se plantar práticas educativas voltadas para a realidade do campo. Fazer a transição entre educação do campo e a perspectiva das infâncias nos campos onde a criança é concebida como um ser ativo e sujeito de direitos, o trabalho pedagógico na educação infantil abrange dentre outros processos e atividades, articulação das experiências infantis com os conhecimentos do patrimônio científico, cultural, artístico, ambiental, técnico e tecnológico e do desenvolvimento físico, afetivo, cognitivo, ético e estético, sendo a brincadeira uma das atividades privilegiadas para aprendizagem e desenvolvimento infantil, assim, a organização do trabalho pedagógico na educação infantil abrange diferentes dimensões e apresenta peculiaridades em relação às demais etapas educacionais, conduzindo uma experiência curricular em que se compreende o currículo como um processo vivo em constante

movimento. De acordo com as DCNEIs (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil) é de fundamental importância “reconhecer os modos próprios de vida no campo como fundamentais para a constituição da identidade das crianças moradoras em territórios rurais” (BRASIL, 2010, p. 24).

Pensar em uma sequência básica de atividades diárias é, antes de qualquer coisa, fazermos uma leitura dos grupos de crianças e das suas necessidades. É importante que o educador e a educadora observem como as crianças brincam e como essas brincadeiras se desenvolvem, do que gostam de fazer e do que não gostam em quais espaços preferem ficar, o que mais chama atenção, em quais momentos dos dias estão mais tranquilas ou mais agitadas. Tais conhecimentos são fundamentais para a estruturação da relação entre espaço e tempo na educação escolar infantil e também no campo.

Assim, buscar por novas possibilidades para pensar e agir sobre essas questões com maior entendimento abre espaço para investigar a educação infantil do campo, assim, como os movimentos sociais, a diversidade e as políticas públicas educacionais, com foco nas escolas, na formação docente e nos próprios territórios, tendo a contribuição de pensadoras e pensadores, somada à legislação sobre o assunto, fruto das lutas da sociedade civil organizada, a fim de, compreender a escola pública como função social. Articulado a esse acúmulo, indispensável para construir o ambiente educativo de uma escola:

Conseguir combinar num mesmo movimento pedagógico as diversas práticas sociais que já sabemos ser educativas, exatamente porque cultivam a vida como um todo: a luta, o trabalho, a organização coletiva, o estudo, as atividades culturais, o cultivo da terra, da memória, dos afetos... (BENJAMIN; CALDART, 2000, p. 52)

Dessa forma, entendemos como educação do campo uma proposta de educação concebida por escolas de qualidade para as populações dos campos, de forma que participem de suas comunidades e mantenha viva a cultura de cada território e a luta por qualidade de vida no campo. Diante a isso, com essa pesquisa nos dedicamos a pensar na educação infantil do campo e na organização do trabalho pedagógico através de práticas voltadas para o desenvolvimento integral das educandas e dos educandos. Paulo Freire ensina que “[...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (FREIRE, 1996, p. 21).

A educação infantil do campo pode vir a proporcionar o reconhecimento das crianças como parte de seus territórios, a qualidade de um ensino baseado nas suas necessidades e nos seus calendários. Se não formos capazes de envolver a escola no movimento de transformação do campo, essa transformação será incompleta. A educação do campo tem se constituído como uma das principais estratégias para as transformações nos campos brasileiros, não só porque os resgata como espaço de produção, mas, sobretudo, como território de relações sociais e culturais.

II.II – FUNDAMENTOS E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO

A educação do campo, contrapondo ao paradigma da educação rural, preconiza a superação do antagonismo entre as cidades e os campos que passam a ser vistos como complementares e de igual valor. A valorização e o respeito à existência de tempos e modos diferentes de ser, viver e produzir contraria a pretensa superioridade do urbano sobre o rural e admitem variados modelos de organização da educação e da escola, esses redirecionamentos devem encaminhar a valorização dos diferentes saberes de estudantes camponeses e a formação de sujeitos articulados ao projeto de emancipação humana. Para Benjamin e Caldart “ninguém começa a levantar uma parede se não tiver no papel, ou pelo menos na cabeça, a imagem da casa que quer fazer. [...]. O projeto organiza e direciona o esforço criativo das pessoas” (2000, p. 10).

A promoção de tempos e espaços de formação que considerem a relação entre os conhecimentos formais, conteúdos sistematizados e apropriados no ambiente escolar previamente demarcado e o não-formal conteúdos que se aprendem no processo de socialização como: igreja, família e comunidade, ou seja, conteúdos que se aprendem no mundo e na vida, compartilhamento de experiências, espaços e ações coletivas objetivando vincular a escola a realidade dos sujeitos do campo, contempla estratégias para o desenvolvimento sustentável atrelado aos interesses do campo e não ao sistema agrário capitalista.

Em vista disso, a educação como processo de escolarização não deve se distanciar de alguns objetivos, pois, são eles que integram a escolarização e a qualificação profissional e

social, integrando também os conhecimentos científicos ao conhecimento da realidade e ao conhecimento de cada estudante, formando a identidade da população do campo articulada com um projeto de emancipação humana e desenvolvimento. Portanto:

A Educação, sendo parte da totalidade social, é um direito de formação do ser humano na sua totalidade social e, assim sendo, não pode ser separada do restante da vida social e nem fragmentada em seu conteúdo. Trabalho e cultura, definidores do processo educativo, são fundamentos inseridos na totalidade das relações sociais, estando no centro do contraditório processo de sociabilidade e formação humana. (ANTUNES, R.; MARTINS, 2011, p. 31)

A formação docente precisa utilizar práticas pedagógicas que valorizam a memória, história, produção e cultura do povo do campo, se relacionando com a educação formal e a educação não-formal para o desenvolvimento entre saberes escolares e saberes do cotidiano.

Argumenta-se que docentes não estão preparados para atuar na educação do campo, pois, o professor de educação básica do campo faz em sua realidade de formação escolar uma experiência de negação das singularidades dos grupos sociais que são excluídos como sujeitos de saberes, não representando a dinâmica da constituição dos conhecimentos produzidos pela humanidade tendo em vista que, nossa tradição escolar tem sido marcada por uma estrutura do campo e de sua formação.

A mediação pedagógica do campo está mudando e isso está ocorrendo em velocidade, à globalização e o surgimento de novas tecnologias como o avanço das telecomunicações e da informática contribuem para que ocorram mudanças também, na educação, a interação docente e discente vem se tornando muito mais dinâmica nos últimos anos. “Os trabalhadores do campo sempre produziram, pela prática, os seus conhecimentos e, esses, não podem, simplesmente, ser desprezados pelo saber acadêmico ou científico” (ANTUNES, R.; MARTINS, 2011, p. 34). A educação deve ser mais que uma formação para o mercado. Deve se ocupar em formar cidadãos e cidadãs críticos, com compreensão do mundo. “A educação dos sem-terra do MST começa com o seu enraizamento em uma coletividade, que não nega o seu passado, mas projeta um futuro que eles mesmos poderão ajudar a construir” (BENJAMIN; CALDART, 2000, p. 32). Assim, o desafio de contribuir com a educação de jovens, cidadãos e cidadãs no momento de mudanças e incertezas necessitam resgatar valores importantes e condizentes com a sociedade contemporânea e levar docentes a entenderem que deverão exercer os seus papéis de acordo com os princípios de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, saber lidar com os erros e estimular a aprendizagem ajuda a compreender as relações que existem entre os problemas atuais e o desenvolvimento científico, mas, isso só será possível a partir do momento que o docente assume o papel de mediador do processo de ensino e aprendizagem, favorecendo a postura reflexiva e investigativa. Dessa maneira, irá configurar para a construção da autonomia e do pensamento de ação, ampliando a possibilidade de participação social e o desenvolvimento, capacitando estudantes a exercerem seus papéis de cidadãos e cidadãos.

O modo de entender e agir nos possibilita compreender a diversidade para crescer, pois, uma das causas do “fracasso” do ensino é aquela em que se apresentava o conteúdo a partir da reprodução. Considerava-se que, uma reprodução correta seria a evidência de que ocorreria a aprendizagem. Essa prática mostrou-se eficaz, pois, a reprodução poderia ser apenas uma simples indicação de como aprender a reproduzir, mas, não atende ao conteúdo. É necessário, portanto, saber para ensinar. Professoras e professores devem ser competentes na sua área de atuação, apresentando domínio na ciência a que se propõem a lecionar.

O MST, como organização social de massas, decidiu, pressionado pela mobilização das famílias e das professoras, tomar para si ou assumir a tarefa de organizar e articular por dentro de sua organicidade esta mobilização, produzir uma proposta pedagógica específica para as escolas conquistadas, e formar educadoras e educadores capazes de trabalhar nesta perspectiva. (BENJAMIN; CALDART, 2000, p. 28)

Do contrário, apenas despejam-se conteúdos decorados, sem oportunidades de questionamentos e desenvolvimento da criticidade. “A diversidade cultural e a desigualdade social, apesar de terem conceitos distintos, têm ampla relação, isto é, quanto maior a diversidade cultural, maior a desigualdade social” (ALMEIDA, 2021, p. 34). Para que haja comunicação entre discentes e docentes é importantíssimo que professoras e professores tenham competências de humanização para proporcionar um ambiente educacional que estimule a criação.

Dentro das competências científicas, técnicas, humanas e políticas desenvolvidas por docentes, é essencial propiciar condições para o desenvolvimento da capacidade de pensar, fornecendo-lhe meios para resolução dos problemas inerentes aos conteúdos trabalhados e interligados no seu cotidiano, fazendo com que se compreenda que, o estudo é mais do que mera memorização de conceitos e termos científicos transmitidos, é um trabalho em que raciocínio e criatividade são recompensados, por isso, é preciso que docentes tenham

profissionalismo e ética e, principalmente, compromisso com a formação, compromisso de conduzir os aprendizados, pois, este é um desafio para todas as pessoas envolvidas com a educação.

A produção de materiais didáticos amplia conceitos para além dos livros didáticos, configurando-se em torno de objetos de mediação de aprendizagem a partir das ações de ensino. Nessa perspectiva, material didático pode ser tudo o que está no mundo, desde que, a partir da ação intelectual docente assim seja definido, ou seja, não só o material natural, industrializado ou produzido em sala de aula, mas, sim, as expressões humanas como a música, o teatro e o cinema com suas características artísticas próprias.

Nesse sentido, inferimos que o material didático não é só algo que está posto no mundo como mercadoria a ser adquirida, mas, também, elementos mediadores da prática pedagógica, identificados, selecionados ou formulados e utilizados a partir de um projeto educativo de ensino e aprendizagem. A organização dos projetos educativos para as escolas do campo devem ter como referência os paradigmas da educação do campo construídos ao longo das últimas duas décadas pelas lutas dos movimentos sociais do campo, que redefinem os espaços educacionais como áreas próprias de conhecimento, fundamentadas pelas relações sociais, culturais, econômicas e ambientais.

A educação do campo como direito dos povos que vivem no campo e do campo, traz em aspectos pedagógicos próprios uma educação básica do campo como elemento básico do seu projeto educativo, o nome ou expressão educação do campo já identifica também, uma reflexão pedagógica que nasce das diversas práticas de educação desenvolvidas no campo e pelos sujeitos do campo. É uma reflexão que reconhece o campo como lugar onde não apenas se reproduz, mas, também, se produz conhecimento.

Os projetos para a educação do campo devem basear-se nos direitos sociais e ser centralizados na formação integral, não fragmentada, plural, democrática, coletiva, solidária, que incorpore novos valores críticos sem desrespeitar os saberes tradicionais. (ANTUNES, R.; MARTINS, 2011, p. 36/37)

Estão pautados na ciência conceitual da expressão educação do campo, compreender que essa natureza pedagógica no contexto de organização do projeto educativo a ser desenvolvido nas escolas do campo requer uma reflexão sobre os materiais didáticos que traduzem concepções teóricas e metodológicas, das formas de aprender e ensinar nas áreas de conhecimento.

Uma escola que se organiza do jeito do MST, educa principalmente através das novas relações sociais que produz e reproduz, problematizando e propondo valores, alterando comportamentos, desconstruindo e construindo concepções, costumes e ideias. Desta maneira ela ajuda a enraizar a identidade Sem Terra, e forma um determinado jeito de ser humano. E quando a escola funciona como uma cooperativa de aprendizagem, onde o coletivo assume a corresponsabilidade de educar o coletivo, torna-se um espaço de aprendizagem não apenas de formas de cooperação, mas principalmente de uma visão de mundo, ou de uma cultura, onde o “natural” seja pensar no bem de todos e não apenas de si mesmo. (BENJAMIN; CALDART, 2000, p. 34/35)

Uma pedagogia que se constitui por projeto educativo vai configurando-se com a mediação do uso desses instrumentos pedagógicos por estudantes e pela maneira como docentes produzem seus conhecimentos, configura a compreensão dessa construção formativa e materializada de forma discursiva nas imagens, textos e proposições de atividades organizadas pelos educadores do campo, na implementação de um projeto educativo que, para Almeida (2021, p. 40) “[...] recupera o papel da escola como instituição cultural e social, fazendo um resgate entre o “aprender para a vida””, cujo princípio organizador passa também pela identidade que os materiais didáticos possam expressar acerca da cultura, história e luta dos povos do campo.

A escola deve proporcionar um espaço de diálogo entre as culturas, e os professores precisam ser eternos aprendizes, estudando, pesquisando, reavaliando conceitos, modelos e teorias, para que sejam capazes de rever antigas formas de dar aula, ou de ver o aluno, pois hoje em dia não há mais espaço em sala de aula para o preconceito, discriminação ou exclusão. É fundamental que o professor reconheça as diferenças, já que na sala de aula não existe um único perfil de aluno. (ALMEIDA, 2021, p. 40/41)

Nesse sentido, a ação reflexiva tem como objeto da formação a leitura que docentes e discentes fazem do mundo e a produção dos artefatos culturais que representam a produção da cultura como fazer humano na incessante e invenção do cotidiano.

A grande massificação da educação, incluindo também, educação do campo sugere-se alternativas como um currículo diferenciado, porém, de pouca praticidade do ponto de vista pedagógico. A crise que assola o ensino decorre, principalmente, por razões que concernem à falta de perspectivas atrativas na escola, na economia e no trabalho. A escola do campo parece ser considerada uma espécie de resíduo do sistema educacional do capitalismo, gerando inúmeros problemas, tais como: falta de infraestrutura necessária, de docentes qualificados, falta de apoio a iniciativas de inovação pedagógica, currículo e calendário escolar, além da

realidade do campo em muitos lugares atendidos por professores com a visão de mundo urbano ou com uma visão de agricultura patronal, na maioria das vezes, os profissionais nunca tiveram uma formação específica para trabalhar com essa realidade deslocada das necessidades e das questões do trabalho no campo.

Nesse contexto, são necessárias políticas específicas que fortaleçam as identidades culturais negadas e aos diversos grupos que vivem nos campos, garantindo um atendimento diferenciado ao que é diferente, mas, não deve ser desigual. Dessa forma, a discussão sobre a construção de uma proposta de Educação Básica do Campo, significa avançar na definição de políticas públicas que a mantenham, sendo necessário que, estas possam garantir programas ou iniciativas continuadas de alfabetização de jovens e adultos até que esteja efetivamente eliminado o analfabetismo do campo.

Uma escola pública, gratuita e de qualidade desde a educação infantil até, pelo menos, o ensino médio já colocando no horizonte a demanda do ensino superior, precisa de políticas públicas que abordem diversos assuntos como: participação ativa das famílias, das comunidades e das organizações nos movimentos sociais, nas decisões sobre as políticas de ação em cada nível, na fiscalização do uso dos recursos públicos destinados às escolas e as iniciativas de inovação de estruturas e currículos escolares nos diversos níveis da educação básica, ampliação do acesso e o desenvolvimento de uma pedagogia adequada às atuais demandas de um meio rural em transformação, criação de escolas técnicas regionais que desenvolvam ensino fundamental ou médio ligado à formação profissional para atuação no campo, processo específico diferenciado de seleção de docentes para as escolas do campo etc.

Os cursos de Licenciatura do campo inscrevem-se dentro de propostas políticas que podem ser inovadoras para a escola e para as relações sociais, pois, numa sociedade de classes, com interesses diferenciados, o compromisso com o trabalhador do campo e com a escola que interessa aos setores populares é parte da disputa hegemônica para a conquista de uma sociedade mais justa. (ANTUNES, R.; MARTINS, 2011, p. 25)

Falta a valorização do campo, material qualificado com propostas de educação bem definidas, podendo atingir bons resultados de aprendizagem em curto espaço de tempo, com processo de transformação e melhoria da qualidade de vida ocorrendo de modo mais dinâmico e eficiente. Na estrada da educação brasileira, as políticas para a formação docente buscaram agregar as perspectivas pedagógicas. Professoras e professores aprenderam nos cursos de formação e reproduziram de algum modo, despreparados para as problematizações

mais profundas, desarticuladas as reais condições da escola pública e necessidades dos seus alunos. Justificando Arroyo (2007, p. 171):

Um corpo de docentes e gestores que chega cada dia da cidade à escola rural, sem conhecer os significados dessa tensa realidade na formação das crianças, dos adolescentes, jovens ou adultos do campo não terá condições de ser educador, educadora, docente, gestor. Nessa tensa dinâmica do campo, radica a urgência de políticas públicas específicas de educação e de formação de um corpo profissional.

A educação do campo deve estar relacionada diretamente aos processos sociais de formação do campo, o que exige a formação de educadores e educadoras a partir das populações que vivem nos e dos campos, com o desejo de uma educação que satisfaça as suas necessidades.

Entretanto, propor práticas para a educação infantil do campo requer antes uma reflexão, “[...], mantendo-se sempre como observador da sua ação pedagógica, cultivador da investigação reflexiva e experimentadora das alterações necessárias às práticas educativas, [...]” (ALMEIDA, 2021, p. 47) para saber sobre que campo é esse que estamos falando. Um campo onde a criança vive a sua infância interage com a natureza, convive em uma família que geralmente atua no trabalho agrícola. Um lugar em que os sujeitos vivenciam práticas de trabalhos colaborativos entre membros da família e vizinhos, com igrejas, associações e as escolas como forte ponto de referência. E acima de tudo, um campo não submisso, um espaço de luta pela terra. Nesse sentido, cabe a nós, pesquisadoras e pesquisadores, abriremos discussões para a criação de políticas específicas que valorizem as crianças do campo. Dessa forma, poderá se garantir a articulação teoria e prática tão necessária e desejada, dentro das escolas. Justificando Gomes (2015, p. 74) que destaca em sua pesquisa um fator preocupante:

[...] muitos dos professores que atuam nas escolas do campo de Nova Iguaçu não terem tido qualquer formação específica sobre as Diretrizes da educação do Campo para a educação básica ou outra capacitação para qualificar a sua atuação, da mesma forma a capacitação dos poucos que a receberam se caracteriza como superficial e aligeirada, consistindo em palestras ou discussões.

Outro fator que impressionou o autor foi relacionado ao “[...] corpo docente e a equipe pedagógica tem resistência à proposta da educação do campo, não se identificam com a mesma e nem acham que as escolas em que atuam são escolas do campo” (GOMES, 2015, p.

74). O fato de não existir identidade da comunidade escolar dessas escolas com as propostas da educação do campo, fazendo-se questionar a própria identidade da escola e da comunidade, impede a produção do saber construído em parceria com os educandos, educadores, pais e todos aqueles que, direta ou indiretamente, fazem parte dessas escolas e dos movimentos sociais que lutam por suas histórias, valores e reconhecimento. Desse modo, devemos ter a sensibilidade necessária para compreender esse movimento, como um ambiente educativo, e o preparo pedagógico suficiente para trabalhar e ressignificar tudo isso no dia a dia da escola.

Uma escola do campo não é, afinal, um tipo diferente de escola, mas sim é a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com suas lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito. (BENJAMIN; CALDART, 2000, p. 42/43)

Assim, a educação infantil do campo que queremos e estamos construindo valoriza a criança como um sujeito de direito e histórico, um sujeito da natureza inserida em um espaço no qual a infância é vivida na sua plenitude. Uma educação não fragmentada, que dialoga com os demais elementos que compõem o campo no qual as relações e experiências são vividas de maneira significativa dando sentido na cultura e na vida da comunidade. Precisamos lançar um olhar na busca da valorização do sujeito criança do campo com vistas na sua formação e no seu desenvolvimento integral, reconhecendo e legitimando como produtores de conhecimento, de cultura, de educação etc.

CAPÍTULO III – QUE CAMPO É ESSE? QUE ESCOLA É ESSA?

III.I – ESCOLA MUNICIPAL BARÃO DE TINGUÁ

Nesse capítulo, contextualizamos a Escola Municipal Barão de Tinguá, suas peculiaridades e suas ações pedagógicas do trabalho na educação infantil do campo mediante Proposta Curricular do Município de Nova Iguaçu e PPP (Projeto Político Pedagógico).

A Escola Municipal Barão de Tinguá está localizada na zona de amortecimento da Reserva Biológica do Tinguá, situada na Praça Barão de Tinguá, 140, Tinguá, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, CEP: 26063-430, no centro desta localidade. É cercada por um pequeno comércio, ao seu redor consta uma escola estadual, duas escolas particulares, uma igreja católica, várias igrejas evangélicas, um posto de policiamento, um IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), uma associação de moradores, uma clínica da família, um ponto de ônibus, várias cachoeiras, vários sítios para eventos, uma praça, um posto da SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), uma ONG (Organização Não Governamental) Onda Verde e um clube.

Não é informado o ano de fundação da escola, mas, segundo relatos de moradores antigos, a escola foi fundada em 19 de março de 1960 e tem esse nome em homenagem ao Barão de Tinguá que fixou residência nesta localidade. É uma escola privilegiada, pois, proporciona uma vista direta da Reserva Biológica do Tinguá, cuja criação ocorreu em 1989. Por ser um lugar com características rurais a escola está entre as 12 escolas de Educação do Campo de Nova Iguaçu. Nessa posição, a escola está localizada na zona intermediária entre o núcleo da Reserva e a área responsável pela amortização do avanço urbano localizado junto a Reserva.

Para se chegar a UE (Unidade Escolar), usa-se a (RJ111), antiga Estrada Federal e atual Estrada Zumbi dos Palmares, que tem início no bairro de Vila de Cava, bairro este cortado pelo arco metropolitano, importante rodovia inaugurada no ano de 2014. O acesso ao local é feito por duas linhas de ônibus: Tinguá/Nova Iguaçu e Tinguá/Pavuna (empresa Vera Cruz).

Tinguá está localizado na URG IX de Nova Iguaçu (Tinguá), no limite norte da baixada fluminense com a região serrana, o local é rico em monumentos históricos importantes como: Torre Sineira da Igreja de Nossa Senhora da Piedade, Cemitério de Nossa

Senhora do Rosário (Cemitério dos Escravos), Porto do Iguaçu, Estrada Real do Comércio, Fazenda São Bernardino, Ferrovia Rio D'Ouro, entre outros que se encontram no interior da Reserva, sem acesso do público e necessitando de reparos, pois, estão abandonados e em péssimas condições de conservação.

A escola atende a modalidade de ensino regular (educação infantil e ensino fundamental do 1º ao 9º ano de escolaridade), nos turnos manhã e tarde. E conta com 21 professores para atender 401 alunos (217 no 1º turno e 184 no 2º turno).

A matrícula é efetuada pelos pais ou responsáveis pelo aluno, mediante requerimento dirigido ao diretor da escola, observadas as diretrizes dos órgãos centrais da SEMED (Secretaria Municipal de Educação). No ato da matrícula inicial, o aluno apresentará os documentos pessoais e comprovantes de escolaridade anterior. As turmas são heterogêneas. Na educação infantil inicia-se com 4 anos de idade até 31 de março, no ensino fundamental inicia-se também, por idade, iniciando-se com 6 anos completos, podendo ser reclassificado a partir do 2º ano em diante de acordo com as determinações da portaria de matrícula. Os alunos com deficiência, frequentarão a classe regular. E, para isso, a escola conta com recursos materiais didáticos e tecnológicos: livros didáticos e paradidáticos, jogos diversificados, computador interativo, data show, caixa amplificadora e microfone, aparelho de televisão, materiais de papelaria, notebook e multifuncional.

Sua estrutura física é composta de: 01 sala de incentivo a leitura, 09 salas onde são ministradas as aulas, 01 sala para guardar livros e documentos, 01 sala da direção, 01 sala dos professores, 01 banheiro masculino com dois boxes de sanitário e 01 boxe para banho, 01 banheiro feminino com quatro boxes de sanitário e 01 boxe para banho, 01 banheiro para pessoas com deficiência, 01 banheiro com vestuário para funcionários, 01 refeitório, 01 cozinha com dispensa, 01 secretaria e 02 almoxarifados.

O amplo pátio da escola encontra-se coberto de telhas de amianto e cercado de basculantes com janelas de vidro. A ampliação ocorreu no refeitório onde foram retiradas as mesas de concreto, aumentou uma janela da cozinha, criou-se uma lixeira nos fundos do refeitório, um almoxarifado, um banheiro para pessoas com deficiência, um banheiro com vestuário para funcionários na parte interna da cozinha, além de, um corredor paralelo ao muro de fundos da cozinha e ampliação da dispensa. O acesso a UE (Unidade Escolar) ocorre através da passagem por três portões, o acesso ao segundo portão acontece após a travessia feita pelo jardim de frente da escola.

O prédio é térreo, com um pátio onde estão localizadas as salas de aulas, com bancos de concreto ao redor deste. Na parte externa superior que dá acesso ao corredor paralelo ao muro do clube, existem telas de arame por toda a extensão do muro e proteção das telhas. Nesse espaço são realizadas as atividades socioeducativas culturais como: apresentações de danças, dramatizações, festivais, exposições de trabalhos, festas, gincanas, culminâncias e atividades extracurriculares diversas com uso da comunidade escolar e externa, sendo também, local onde os alunos permanecem no período do recreio.

O acesso a todas as dependências da escola ocorre através do pátio com exceção do banheiro dos funcionários e dispensa. O local tem rampa de acesso para facilitar a locomoção das pessoas com deficiência. As salas de aulas são espaçosas, porém, não arejadas, a ventilação é precária, principalmente, após a obra, pois, as janelas são cobertas com vidros que tornam a permanência dos alunos desconfortável. Os alunos estudam com a luz do sol incidindo no seu rosto ou em suas costas além de não ter ventilação, pois, os engenheiros da obra escolheram como alternativa para minimizar o fato citado acima, o aumento do muro em até dois metros tornando o local abafado, sem ventilação, apesar de todas as salas possuírem ventiladores e ainda assim, não resolveu o impasse da luz do sol. A iluminação também, não é totalmente adequada apesar da manutenção e preservação de todo o prédio, a luz utilizada nas salas de aulas é do tipo fria (fluorescente), todas as dependências da escola são forradas com laje e o piso é de concreto.

O prédio é abastecido de água encanada, tem rede de esgoto, rede de tratamento da água, tem energia elétrica. As carteiras estão em razoável estado de conservação, os alunos reclamam que estas deveriam ser de outro modelo mais confortável. Atualmente a quantidade é insuficiente e faz-se necessário a manutenção. Os equipamentos existentes na escola não sofrem processo de manutenção, pois, devido à falta de verbas para tal procedimento não ocorre à disponibilidade de fazer o serviço em todos que necessitam. No período que a verba for disponibilizada, ocorre a realização desse serviço, mas, de forma precária haja visto que, no levantamento das necessidades sempre existem outros itens que possuem prioridade.

A instituição escola, não é feita de uma construção com salas, carteiras e giz. Há de se pensar que a escola também, tem pessoas, e estas precisam administrar todas as situações boas e ruins, que muitas vezes se apresentam. Nesse caso, é preciso buscar solucionar tais situações, atendendo as demandas que chegam, através do diálogo. A escola deve ser o local, não apenas de ensino, mas, sim um espaço de construção coletiva, respeito e valorização da

diversidade que nela se apresenta. Com uma educação que visa à qualidade no ensino, a apropriação do conhecimento, a permanência e a aprendizagem do educando.

Nesse sentido, é preciso que a instituição de ensino seja firme e atuante em seus objetivos, para formar cidadãos críticos, possibilitando a estes as mesmas condições de igualdade de oportunidade. Para isso, se faz necessário uma escola para a comunidade, com o envolvimento de todos, alunos e responsáveis, representantes de todos os segmentos através do conselho escolar, equipe administrativa e pedagógica. Assim, efetivamente se constrói uma gestão participativa, onde todos são ouvidos, as diferenças respeitadas, e as decisões tomadas serão provenientes da participação exercida por todos.

E, a partir disso, atender as necessidades da comunidade, no âmbito profissional e escolar, fortalecendo os princípios de direitos e deveres, o respeito ao coletivo, a valorização das etnias, o gênero cultural e religioso para o bem estar de todos que estão sob a responsabilidade dos profissionais da UE (Unidade de Ensino).

Os propósitos educacionais devem priorizar o educando, a família e a comunidade. Assim, a equipe escolar precisa realizar um plano de ação que venha envolver todos os aspectos que permitam que a educação e a aprendizagem ocorram com todos os recursos materiais e emocionais disponíveis para tal. A escola é considerada pela sociedade como segundo espaço de influência na vida da criança, onde acontece prioritariamente a formação de cidadãos críticos e transformadores. É importante desenvolver nesse espaço uma política de boas relações sociais entre todos os segmentos, faz-se necessário desenvolver um ambiente acolhedor, onde os alunos sintam-se a vontade, mais conscientes e sabedores de seus direitos e deveres, com oportunidade de expressarem seus pensamentos e sentimentos. O papel da escola é estimular ações favoráveis ao enriquecimento da vida cotidiana, desenvolver estratégias que possibilitem a participação efetiva de todo o alunado, buscando assim, uma convivência e permanência do aluno de forma prazerosa, harmônica e produtiva.

Pois, o aluno aprende apenas quando se torna sujeito de sua aprendizagem e para ele se tornar sujeito precisa participar das decisões que dizem respeito a todos os eventos que retratam o seu projeto de vida promovendo a sua emancipação. A escola deve formar para a cidadania e, para isso, ela deve dar o exemplo. A escola está a serviço de uma comunidade prestando assim, um serviço também que a mantém.

A participação de todos ocasionará um melhor conhecimento do funcionamento da escola e de seus atores, estreitando o contato entre professores e alunos, o que aumentará o conhecimento mútuo, facilitando atender as necessidades dos alunos e os conteúdos

ministrados pelos professores. A autonomia e a participação precisam ser mantidas nos diversos procedimentos ocorridos dentro da UE (Unidade Escolar) como: escolha dos livros didáticos que correspondam à identidade da escola e do espaço em que estão inseridos, na elaboração do planejamento, na definição das metas financeiras, pedagógicas e administrativas, eventos culturais, nos projetos de extensão e criação de espaços dentro da escola, assim, como na aplicação de verbas e nos métodos de avaliação enfim, em todos os momentos e movimentos que facilitem os processos decisórios do coletivo, no envolvimento, participação e cooperação das pessoas.

Por isso, a escola deve promover a formação de seus alunos por todos os meios necessários para a construção de uma sociedade desenvolvida, humana e justa na qual se sintam inseridos e conscientes de seus direitos e deveres, sendo capazes de participar, com responsabilidade, cooperação, solidariedade e êxito, da vida em sociedade.

Dentro dessa perspectiva, a escola precisa criar condições para desenvolver as potencialidades, a cidadania, o preparo para os desafios futuros e a formação acadêmica, criando também, condições para que todos os alunos e os profissionais possam desenvolver suas capacidades, onde o aprendizado seja uma via de mão dupla, e os alunos assimilem os conteúdos necessários para a vida em sociedade, promovendo vivências e valores éticos, possibilitando a formação de um novo cidadão, consciente de seu meio ambiente através do conhecimento do meio físico, econômico, político, histórico e social de seu país e de outros povos. Assim, o aluno exercita sua cidadania a partir da compreensão da realidade, e, contribui para sua transformação, cabe a escola criar situações que exijam o máximo de exploração por parte dos alunos, estimulando novas estratégias de compreensão da realidade, buscando soluções para os problemas, pois, com isso, melhora a qualidade do ensino, motivando e efetivando a permanência do aluno na escola, evitando a evasão e garantindo a aprendizagem.

Através dessas estratégias, a escola cria mecanismos de participação que traduzam o compromisso de todos na melhoria da qualidade de ensino e com o aprimoramento do processo pedagógico, promove a integração escola e comunidade, atuando no desenvolvimento humano e social tendo em vista sua função maior de agente de desenvolvimento cultural e social na comunidade, através disso, se reconhece e valoriza sua condição de comunidade do campo em seus contextos históricos e na luta pela sua manutenção.

Pensando no principal objetivo da escola que é contribuir para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, utilizando diferentes linguagens, fontes de informação e uso de novas tecnologias, a mesma nos possibilita qualidade na aquisição e construção do conhecimento, oferecendo um ensino de qualidade para que todos os alunos tenham uma aprendizagem significativa, e, sejam motivados a frequentarem as aulas, garantindo com isso, a participação ativa nas atividades. Assim, faz-se necessário que, os alunos sejam alfabetizados na idade certa havendo maior motivação e responsabilidade com os estudos, estando sempre comprometidos com a ética e a cidadania para que sejam agentes transformadores de hábitos e atitudes no seu meio, faz-se necessário também, a participação dos pais e responsáveis nas reuniões e eventos escolares, o respeito ao cumprimento das normas do regimento interno estabelecidas por todos os segmentos da UE (Unidade Escolar) seja garantido, todas as ações elaboradas no plano de ação sejam implementadas e executadas com sucesso, as metas estabelecidas pelo IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) sejam alcançadas, a evasão escolar seja a mínima possível, o quadro de funcionários esteja sempre completo, em especial ao corpo docente e a infraestrutura esteja adequada para um atendimento de qualidade do ensino. Tudo isso, mediante aos valores, pois, ao respeitarmos as diferenças individuais de cada um, construímos atitudes que visam o bem comum, valorizando a participação em atividades coletivas para melhorar a formação do ser social, através do aprimoramento da leitura e da escrita.

Nesse sentido, a opção por projetos como proposta metodológica se justifica na medida em que essa perspectiva contemple aspectos fundamentais do trabalho interdisciplinar que cada docente se propõe a implementar e executar. Ao assumir o planejamento participativo, responsável, marcado pelo diálogo e pelo acordo, professores e alunos se apropriam de práticas criativas e diferenciadas. Possibilitando a ampliação do processo de elaboração do conhecimento e fortalecimento de valores e atitudes positivas, dentro e fora do ambiente escolar.

Por isso, a necessidade de observar e identificar os elementos que afetam negativamente o processo de ensino e aprendizagem dos alunos e as propostas pedagógicas desenvolvidas na escola e nesse intuito realizarem ações para tentar resolver o problema, o primeiro passo é conscientizar os pais e os demais responsáveis da importância em estarem participando continuamente da vida escolar do filho (a), promovendo e firmando parceria com todos da comunidade escolar, através de reuniões diferenciadas. O segundo passo é promover o desenvolvimento de mecanismos de gestão compartilhada com ênfase na organização

escolar e na vivência de práticas coletivas com todos os segmentos da escola, possibilitando a continuidade da participação efetiva do conselho escolar. O terceiro passo é garantir um ambiente propício a execução dos objetivos pedagógicos, através do desenvolvimento de projetos e incentivo a formação continuada do professor.

Em 2016, para a elaboração do Livro Didático da Educação do Campo, os professores da UE (Unidade Escolar) participaram da formação continuada oferecida pela SEMED (Secretaria Municipal de Educação) em parceria com a UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) com o intuito de fazer algumas reflexões e a mais importante delas, como a comunidade se identifica, enquanto lugar rural? Para isso, foram feitas pesquisas aos diferentes sujeitos que compõem a comunidade escolar, entre eles professores, equipe escolar, responsáveis e educandos. Sabemos que existem sempre opiniões divergentes, por isso, a importância de elementos mais fundamentados para a caminhada efetivamente como uma escola de educação do campo e a partir desta construir caminhos para qualificar as ações pedagógicas, sociais e políticas. Diante da pesquisa, os professores analisaram as respostas e constataram que:

A identificação de Tinguá, local em que está inserida a escola, 87% dos entrevistados classifica a comunidade como uma região rural e 9,6% como uma região urbana. Já em relação à identificação da escola como uma escola com características rurais, foram vistas algumas questões, pois, o segmento professor foi o único que divergiu em relação à identidade da escola com 60% identificando a mesma como uma escola urbana e 40% como uma escola com características rurais. Os outros segmentos em sua maioria percebem a escola como uma escola rural, apontando com os dados que 72,6% classificam a escola com características rurais e 24,5% como escola urbana.

Em relação à moradia dos educandos e seus responsáveis, os mesmos residem em Tinguá e adjacências, como: Cidade Jardim Parque Estoril e Montevideu. E ao perguntar se gostavam do bairro em que residem, 68% responderam que gostam.

Com relação ao perfil dos professores, os mesmos são na sua maioria graduados em um total de 93% e destes 53% com pós-graduação. Seu tempo de magistério é outro dado muito interessante, pois, 67% têm mais de 20 anos de exercício da função, com 57% dos professores informando que não escolheriam outra profissão com a experiência que tem hoje.

O perfil dos responsáveis e suas realidades são muito diferentes, pois, a grande maioria não concluiu o ensino fundamental, sendo 62% nessa situação e destes 47% só estudou até a antiga 4ª série. Já sobre as funções em que atua, a maioria dos responsáveis

trabalham em funções consideradas urbanas, como: empacotador, serviços gerais, diaristas, entre outros, sendo 64% nas funções rurais, como: caseiros, pequenos produtores, entre outros. Não foram contabilizadas as pessoas que informaram serem do lar.

Outro elemento importante da pesquisa é o olhar dos professores em relação à função social da Escola Municipal Barão de Tinguá na vida dos alunos, sendo colocadas 3 alternativas. Dessas alternativas 60% acreditam que a escola está dando uma formação básica para os estudantes, contribuindo para que aprendam a leitura, a escrita e os cálculos e 40% que a mesma está sendo um espaço fundamental para os estudantes compreenderem o mundo em que vivem e se desenvolvam como cidadãos críticos e atuantes. Nenhum professor optou para a alternativa que considera a escola como preparatório para os estudantes disputarem vagas em estabelecimentos públicos de qualidade.

Para os responsáveis e para os alunos o questionário mudou um pouco o foco, ao se perguntar o que é a Escola Municipal Barão de Tinguá? Diferente dos professores, tanto os responsáveis, quanto os alunos responderam que a escola serve para ajudá-los a conseguir um bom emprego, ou seja, a escola tem como papel principal a ascensão social. Através de uma porcentagem de 59% dos responsáveis e 77% dos alunos.

Para 32% dos responsáveis e 10% dos alunos, a escola é um lugar que forma o educando para o exercício da cidadania e compreenda o mundo em que está inserido, diante das relações sociais e das questões ambientais para atuar como cidadão. Mesmo sabendo da importância da escola, 13% dos alunos responderam que a mesma é um lugar que ele frequenta por obrigação, já para 6% dos responsáveis a escola é uma obrigação social.

Com relação à classificação da escola em todos os seus aspectos, os entrevistados consideram a mesma como boa 41%, regular 46% e ruim 13%. Diante da pesquisa, foram organizadas algumas ações para que a Escola Municipal Barão de Tinguá continue fazendo a diferença na vida da comunidade escolar, sendo elas: reuniões diferenciadas de pais e responsáveis organizadas pela equipe diretiva, parceria com a ONG (Organização Não Governamental) Onda Verde e parceria com a equipe extraclasse. Pois, assim, a UE (Unidade Escolar) possibilitará em conjunto o alcance dos seus objetivos e das suas metas, respeitando as suas especificidades.

Com uma proposta que sinaliza o dinamismo e o compromisso em prestar conta de sua atuação. A escola precisa avaliar constantemente suas metas, para melhor atender os alunos, as equipes, os pais e a comunidade. Nesse sentido, a avaliação é um instrumento potencialmente orientado dos planejamentos e das propostas elaboradas pela equipe escolar,

funcionando como uma bússola que direciona a todos os envolvidos de onde partir até onde chegar, tornando-se um instrumento norteador e organizador das práticas educativas. Através do plano de ação integrado, a escola poderá avaliar a capacidade de implementar ações de melhoria e analisar se foram desenvolvidas com sucesso.

Essas ações precisam ser detalhadas e citadas quanto às necessidades e objetivos por toda UE (Unidade Escolar) e seu histórico de ensino, bem como, problemáticas a serem solucionadas. São norteadores do PPP (Projeto Político Pedagógico) tendo como base principal o melhoramento da aprendizagem escolar.

Pois, para proporcionar uma qualidade melhor para as crianças nessa etapa da educação infantil, a escola precisa de uma equipe engajada, visando à transição para o ensino fundamental de forma tranquila e segura. Dessa maneira, é importante intermediar com as famílias para que busquem prioridade na escolarização desde cedo para seus filhos, firmando convívios para que as mesmas tenham um olhar mais amplo em relação à importância do trabalho realizado nessa primeira etapa educacional dos mesmos, tanto no desenvolvimento pedagógico, cognitivo, intelectual e de socialização, demonstrando cada vez mais que, a escola não é um lugar só de se cuidar das crianças, e sim, um lugar onde se aprende.

Assim, a chave para toda relação está no diálogo sendo este o pilar das ações para o começo de uma gestão com responsabilidade e cuidado com as pessoas, pois, na escola as pequenas coisas fazem toda a diferença, como: arrumar o seu ambiente de trabalho, evitar falar mal de outras pessoas, buscar ser sempre educado com todos a sua volta, dar liberdade a todos para que possam falar de si mesmos, suas inquietações e das dificuldades de relacionamento com quem quer que seja tudo isso, ajuda a tornar o ambiente escolar mais harmonioso e com respeito. Esses hábitos ensinam a relação entre causa e efeito, sabendo gerenciar desejos, medos, frustrações e ansiedades.

III.II – EDUCAÇÃO INFANTIL NA ESCOLA MUNICIPAL BARÃO DE TINGUÁ

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica, é um direito humano e social de todas as crianças até cinco anos de idade, o seu objetivo é focado exclusivamente na escolarização futura, é de preparar as crianças para o futuro, por isso, que ela é muito importante, e, por ser a primeira etapa, não pode e nem deve ser executada de qualquer jeito.

A primeira infância é um período crucial na vida de todas as crianças, pois, é nessa fase que elas adquirem capacidades fundamentais para o desenvolvimento de habilidades que irão acompanhá-las na sua vida adulta, por isso, cuidar da educação infantil é cuidar do futuro das crianças.

E, nesse período a organização do espaço escolar faz toda diferença. Por ser na educação infantil o primeiro contato da criança com o processo de ensino e aprendizagem, é no âmbito institucional onde ela vai ter o espaço e a oportunidade de produzir seus conhecimentos, suas habilidades e o seu conceito sobre o mundo. Ou seja, o espaço é muito importante para a criança pequena, pois, muitas das aprendizagens que ela realizará em seus primeiros anos de vida estão ligadas aos espaços disponíveis e/ou acessíveis a ela, portanto, é de suma importância que a escola tenha esses espaços organizados de acordo com a faixa etária de cada criança a fim de, propor a elas desafios, tanto cognitivos, como motores, que as farão prosseguir no desenvolvimento de suas habilidades.

A LDBN (Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional) em seu artigo 29 nos diz que: “a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” Ou seja, é dever da escola e do Estado oferecer para as crianças uma escola e uma educação de qualidade. Diante a isso, observamos a escola pesquisada e encontramos diversos lugares que a nosso ver colaboram no ensino e aprendizagem das crianças, com capacidade de aprender brincando, as próprias professoras organizam suas salas com figuras e cartazes que, além de, se tornar um lugar alegre, ajuda de alguma forma na aprendizagem dos pequenos.

Nesse sentido, ao estruturar e organizar continuamente sua sala, o educador favorece o envolvimento das crianças em brincadeiras entre elas, sem necessidade de interferência direta, ficando mais disponível para aquelas crianças que procuram interagir com ele. Ou seja, dependendo do ambiente em que a criança esteja inserida o seu comportamento muda, elas sentem mais autonomia para falar, se expressar, e, é fundamental que tenham um lugar dentro da escola que seja povoado de objetos com os quais possam brincar imaginar e construir seus próprios conhecimentos.

Ao observar a instituição, principalmente na parte da educação infantil, percorremos as salas e observamos diversas atividades que estavam sendo realizadas. Ao entrar na escola já nos deparamos com um parquinho de um lado e um pula pula, onde as crianças brincam cada turma tem o seu horário definido para as brincadeiras. Visitamos as salas de aula que ao

tudo são 09, sendo 02 para educação infantil, a do infantil 5, pela manhã estudam os alunos do 2º segmento e a do infantil 4 está em uma sala dividida com a sala de incentivo a leitura.

Podemos perceber o gigante mundo das letras que ali estava presente, por meio das várias atividades que as professoras faziam questão de expor nas paredes das salas, eram letras, números, formas geométricas, trabalhos em pinturas feitos pelas próprias crianças, tudo isso, é bem interessante porque acabam se tornando objetos de curiosidade para elas, principalmente, quando se trata de leitura e escrita uma vez que esses dois são elementos essenciais para a construção social e cultural de todos.

Na medida do possível é um ambiente organizado, pois, percebíamos o quanto elas se sentiam confortáveis naquele espaço, um lugar que as influenciava a desenvolverem suas habilidades de maneira criativa e dinâmica, e, desse modo, o espaço educacional torna-se um elemento educativo, contribuindo para o seu desenvolvimento cognitivo e social.

A escola não tem brinquedoteca, mas, a SEMED (Secretaria Municipal de Educação) envia vários brinquedos pedagógicos e esses são deixados na sala de aula, pois, além de, ser uma grande riqueza para o desenvolvimento também, ajuda muito no aprendizado, porém, têm alguns brinquedos que são peças soltas então, a criança usa sua imaginação para criar objetos utilizando essas peças, tornando-se assim, um brinquedo bastante interessante e de grande ajuda para o desenvolvimento das suas habilidades.

Com relação ao PPP (Projeto Político Pedagógico), a instituição apresenta sua proposta pedagógica com base nas orientações curriculares da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) entrelaçada nas DCNEIs (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil) juntamente com os RCNEIs (Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil), e, ainda, a Proposta Curricular do Município de Nova Iguaçu onde se busca possibilitar para a criança uma fundamentação extraída dos documentos para a educação infantil, levando-as aos saberes que lhes devem ser almejados, proporcionando momentos que ajudam na contribuição de princípios éticos, políticos e estéticos contribuindo assim, para o seu desenvolvimento cognitivo, emocional, social e psicomotor.

Assim, as atividades são pensadas no desenvolvimento integral do educando, relacionadas ao PPP (Projeto Político Pedagógico) com foco em um ambiente que propiciem oportunidades de aprendizagem e interação que é um forte ponto no processo de desenvolvimento. Cada turma tem sua rotina de acordo com a organização da professora, com músicas, brincadeiras, tudo sempre pensando na aprendizagem das mesmas.

O único momento que acontece no mesmo horário é à hora do almoço e do intervalo. Quando chega à hora do intervalo toca-se o sinal e as turmas saem para lanche. Depois que, cada turma termina seu lanche, as mesmas saem do refeitório para brincar no pátio. Depois de 15 minutos quando encerra esse momento cada turma volta para sua sala de aula acompanhadas de sua professora.

Observamos que a escola se preocupa com a educação das crianças, cada atividade que é desenvolvida é pensando nessa boa formação. As atividades são organizadas e planejadas seguindo uma sequência de temas, objetivos, campos de experiências e metodologias que são trabalhadas de forma dinâmica e sistêmica. Diante de tudo isso, podemos observar como é bom e muito importante estabelecer uma rotina para as crianças, porque, desde pequenas elas já vão aprendendo que cada coisa tem a sua hora, já vão por conta própria construindo suas responsabilidades, sem falar que isso tudo, é uma ótima ferramenta para o professor desenvolver sua ação pedagógica, oferecendo a criança oportunidades de interagirem uma com as outras, contribuindo assim, para o seu desenvolvimento afetivo, social, psicológico, moral e cognitivo.

Com o objetivo de fornecer uma educação igualitária e de qualidade para todos, o trabalho escolar precisa ser uma ação desenvolvida no coletivo, tendo como referência a BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Baseada na Proposta Curricular do Município de Nova Iguaçu a Escola Municipal Barão de Tinguá tem como proposta para a educação infantil contribuir para o desenvolvimento integral e saudável das crianças, propiciando-lhes oportunidades de aprendizagem e garantia dos seus direitos.

Assim, o trabalho metodológico na educação infantil precisa estar pautado em uma educação integral, democrática e de igualdade, com respeito às singularidades e ao desenvolvimento humano em seus múltiplos aspectos: social, afetivo, moral, ético, intelectual e simbólico. Com esse viés, o trabalho pedagógico se efetiva no ato de brincar, do investigar e do interagir como metodologias de trabalho que circunscrevem toda a prática de acordo com os campos de experiências e as rotinas da educação infantil, de modo intencional e contextualizado.

Para isso, o planejamento da educação infantil deverá ser organizado com o propósito de desenvolver estratégias para a criação, o pensamento e a problematização do mundo através de temáticas da educação do campo, sendo a criança o foco principal do processo e dos objetivos. O planejamento precisa revelar e deixar visível a intencionalidade pedagógica, as estratégias e o percurso das investigações.

A educação infantil é considerada uma importante etapa da formação das crianças, pois, é onde começa a interagir fora do convívio familiar, o que envolve lidar com diferenças, o desenvolvimento da personalidade e da autonomia, a criação de laços afetivos e as descobertas em diferentes áreas do conhecimento. Ela é base para as demais etapas da educação formal, cujo objetivo é que os pequenos cresçam com mais autonomia e tenham mais sucesso em sua vida escolar e social.

Na primeira etapa da educação básica, a criança vivência uma complexa fase do desenvolvimento humano, que abrange os aspectos intelectual, emocional e social. Para atingir tais objetivos, é preciso organizar atividades diárias que respeitem a criança e seu ritmo de desenvolvimento e crescimento. Isso significa que, para além de, prover alimentação, a UE (Unidade Escolar) deve oferecer atividades pedagógicas que estimulam a criança a ampliar as suas experiências e conhecimentos, a se interessar pela convivência em sociedade, a contemplar e a cuidar da natureza que a rodeia.

Na perspectiva de ensino e aprendizagem o trabalho deverá ser alinhado em ações pedagógicas que contemplem as necessidades das crianças. Através de planejamentos com a intenção de promover a autonomia das mesmas, sua identidade pessoal, favorecendo suas relações sociais e de aprendizagem.

O trabalho desenvolvido nessa instituição de ensino integra ao ato de educar e do cuidar, respeitando a individualidade da criança e valorizando seus avanços e suas conquistas. A infância é um momento da vida rico de possibilidades de desenvolvimento de habilidades motoras, cognitivas, afetivas, relacionais, culturais, entre outras, que podem ser potencializadas, dependendo da vivência da criança.

A partir dessa perspectiva, a escola preocupa-se em desenvolver projetos e sequências didáticas, com temas significativos e organizar os espaços tornando-os facilitadores para o desenvolvimento integral das crianças. O trabalho desenvolvido toma como referência as DCNEIs (Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil) e a BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

Para o desenvolvimento de um processo de ensino e aprendizagem capaz de potencializar o crescimento significativo das crianças em suas múltiplas dimensões, busca-se a adoção de aulas dinâmicas, criativas, com uso de recursos pedagógicos atrativos e de interesse das mesmas, assim, como a efetiva participação de toda comunidade escolar num clima de parceria e de mútuo compromisso e responsabilidade. A organização dos espaços está intimamente ligada ao tempo, pois, a criança é um ser dotado de capacidades e de

imaginação, necessitando de tempo adequado para desenvolver seus enredos e brincadeiras, sendo capaz de criar, recriar, simbolizar, e, usar o raciocínio e a linguagem como recursos para transformar as suas relações.

Os direitos de aprendizagem referem-se ao que se precisa oferecer às crianças na educação infantil, com vistas a uma infância pautada em valores e em experiências significativas, possibilitando-as a desempenharem papel ativo no espaço que convivem, construindo significados sobre si, os outros e o mundo. Os seis direitos de aprendizagem são: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Para alcançar os objetivos de aprendizagem, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) pressupõe que o currículo da educação infantil seja organizado por campos de experiências, pensando em um trabalho pautado na organização de espaços e de contextos de aprendizagem, cujo olhar é voltado ao desenvolvimento integral da criança.

Quanto ao sistema de avaliação na educação infantil constitui de duas principais características: a observação e o registro. O registro diário com as observações, sondagens, impressões, fotografias, vídeos e outros, podem compor um rico material de reflexão e ajuda para o planejamento educativo da prática escrita da criança, esse registro constitui um método voltado a reorientar a prática educativa. A avaliação da criança será processual e contínua elaborada de forma descritiva semestralmente e de acordo com as orientações da SEMED (Secretaria Municipal de Educação).

Com a missão de uma escola pública de qualidade, a mesma tenta construir sua história com responsabilidade, dignidade e autonomia, contribuindo para uma sociedade mais justa, fraterna e feliz. Seu objetivo é atingir a qualidade social para todos de forma sistemática através da apropriação do conhecimento acumulado pela humanidade e do desenvolvimento das diversas habilidades, contribuindo para o desenvolvimento integral do sujeito histórico e sua visão de mundo.

Partindo do princípio de cooperação, integração, responsabilidade e ajuda mútua, necessários ao aprimoramento cultural e humano de cada cidadão para o desenvolvimento global e o compartilhamento de conhecimento, o trabalho está pautado sobre o tripé: cuidar, informar e formar.

Pois, o cuidar não se retrata somente ao ensino e aprendizagem dos alunos e sim de toda infraestrutura para acolher os mesmos. Começando pela alimentação que é preparada no local, baseada em cardápio balanceado elaborado por nutricionista e enviado pelo setor de alimentação da SEMED (Secretaria Municipal de Educação), pois, é elaborado com muito

cuidado, visando ao fornecimento de todos os nutrientes e calorias necessárias para seu desenvolvimento. Nos ambientes a higiene e a manutenção dos mesmos e dos brinquedos são questões primordiais e de muita dedicação da equipe.

A importância da informação em nossas vidas vem da forma como a encaramos e como elas são modificadas à medida que as elaboramos e as aplicamos. Dessa forma, transformamos a maneira como vemos o mundo, como fazemos parte dele e como o mundo nos vê. Por isso, a importância de manter os pais sempre informados verbalmente ou por escrito em agenda quaisquer ocorrência do dia a dia de seu filho (a). Através de atividades desenvolvidas sob a mediação do educador, se busca criar uma rotina desejada e aceita pela criança, onde a informação é falada e ouvida para e pelas crianças. Onde, o não é verbalizado por eles próprios, pois, na escola existem horários para determinadas atividades. Por meio da informação visual, as crianças aprendem a partir do exemplo dado, imitando aquilo que é feito pelos adultos de sua convivência.

Cada criança tem seu próprio ritmo, cada um é especial, sua principal função é formar pessoas críticas e criativas, que inventem, criem, descubram, sejam capazes de construir juntos ou individualmente, questionando, não aceitando simplesmente o que os outros já fizeram ou fazem. Por isso, a importância de se ter alunos que sejam ativos e que desde cedo aprendam a descobrir, adotando assim, uma atitude mais de iniciativa do que de expectativa, ou seja, ajudar a criança a ampliar de fato, as suas possibilidades de ação.

Nesse sentido, a escola tem um importante papel na formação dos estudantes, porém, ela não é a única responsável por isso. A formação dos valores morais é uma parceria entre a família, a escola e a sociedade escolar como um todo. Um conjunto de pequenas coisas, de experiências que acontecem em casa e em todos os ambientes em que frequentamos. São inúmeras possibilidades capazes de auxiliar a desenvolver nos alunos, hábitos que serão levados por toda a vida.

Assim, a visão da escola, expressa a percepção que temos do seu passado, do nosso momento atual e do direcionamento do nosso futuro. E o esforço que realiza para melhorar a qualidade dos serviços educacionais que presta, não medindo esforços para construir de maneira responsável e duradoura, um futuro dinâmico de conhecimentos e ações que estruturam de maneira definitiva os cidadãos, para que, sejam capazes de enfrentar as diversidades que encontrarão em suas trajetórias.

Para isso, precisamos contar com a colaboração de uma comunidade escolar participativa e de profissionais engajados em todos os projetos escolares, com a missão de

ajudar a construir uma escola de qualidade, que nada mais são do que o espelho do trabalho incansável dos excelentes profissionais e colaboradores dessa rede de ensino.

III.III – AÇÕES PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA ESCOLA MUNICIPAL BARÃO DE TINGUÁ A PARTIR DA PROPOSTA CURRICULAR DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU E PPP (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO)

Diante das complexidades em que o mundo contemporâneo apresenta, precisamos preocupa-se em refletir sobre as questões sociais, ambientais e cognitivas da atualidade, na tentativa de possibilitar instrumentos para a formação da cidadania ativa e participativa. Visando a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e solidária, acreditamos que a formação do indivíduo deve ter seu alicerce nos princípios morais humanistas respeitando e valorizando aspectos antropológicos da sociedade brasileira.

Tendo em vista a concepção de criança enquanto ser histórico, e, o quanto é fundamental as relações estabelecidas de si com o outro e com o meio, quanto a objeto a ser explorado e conhecido, lidando objetivamente ou subjetivamente no processo de construção de conhecimento, é admissível e coerente uma proposta pedagógica consistente na transformação dos conhecimentos espontâneos em científicos, com sentido emocional e funcional para a concepção de mundo da criança e do jovem enquanto sujeito do processo de constituição do saber.

Objetivando ações que estimulem a construção da cidadania e desenvolvendo a reflexão sobre a interação do sujeito na sociedade de forma positiva e transformadora, a escola, precisa proporcionar um espaço de formação em que a aprendizagem favoreça a inserção do indivíduo nas questões sociais, ambientais e a valorização da diversidade cultural no Brasil, como forma de valorização da sua própria cultura, região e origem, buscando ainda, a integração da família nesse contexto. Para tal, é necessário permear temáticas que estão diretamente ligadas à cidadania como: meio ambiente história de vida, companheirismo, valores e ética, conhecimento do corpo, mundo e participação, criação de regras de convívio e família.

A escola sem dúvida tem um papel importante na formação do cidadão, sendo esse, buscar maneiras de socializar o conhecimento. Diante disso, torna-se seu dever atuar na

formação moral dos alunos, usando formas de somarem-se todos os seus esforços como busca de promoção do pleno desenvolvimento do indivíduo. A escola é o lugar onde a criança deverá encontrar os meios de se preparar para realizar seus projetos de vida, a qualidade de ensino é, portanto, condição necessária tanto na sua formação intelectual quanto moral.

Nesse sentido, a Escola Municipal Barão de Tinguá desenvolve o projeto Dia do Brincar é todo dia: brincar de várias coisas..., sendo este elaborado pela SEMED (Secretaria Municipal de Educação) que em 2023 está na sua segunda edição. Nessa proposta, destaca-se o brincar na educação infantil, conforme preconizado nos documentos oficiais que orientam a primeira etapa da educação básica, DCNEIs (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil) e BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Dessa forma, o brincar precisa ser uma prática a ser oportunizada às crianças diariamente, e, não apenas num dia específico, sendo indispensável para o desenvolvimento integral da criança, considerando os aspectos: físico, psicológico, intelectual e social, favorecendo assim, a sua interação com o outro.

Pois, na brincadeira a criança faz uso de sua imaginação e tem a oportunidade de reproduzir sua realidade, podendo representar papéis sociais, analisando a partir do seu olhar. A criança ao brincar, pensa e analisa sobre sua realidade, cultura e o meio em que está inserida, discutindo sobre regras e papéis sociais. Ao brincar a criança aprende a conhecer, a fazer, a conviver e a ser, favorecendo o desenvolvimento da autoconfiança, curiosidade, autonomia, linguagem e pensamento.

A importância desse projeto pelo “Direito de Brincar ao Brincar de todas as Crianças”, estabelecido no PMPINI (Plano Municipal pela Primeira Infância de Nova Iguaçu), instituído através da Lei nº 4749 de 11 de abril de 2018. De acordo com o artigo 1º, fica instituída no calendário oficial de eventos da cidade de Nova Iguaçu a Semana Municipal do Brincar, comemorada anualmente na semana do dia 28 de maio, data em que é comemorado o Dia Internacional do Brincar. Na mesma lei, podemos verificar que o artigo 2º ressalta que “as atividades da Semana Municipal do Brincar têm por finalidade a promoção, a valorização e a sensibilização da prática de brincar, reforçando a relevância da brincadeira para o desenvolvimento de uma infância saudável.”

O inciso II do artigo 10º da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), no capítulo IV, trata especificamente sobre a educação infantil, fala que “brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos,

sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.” (BRASIL, 2017)

Ainda de acordo com as DCNEIs (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil), em seu artigo 9º versa sobre as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da educação infantil, possui como eixos norteadores as interações e a brincadeiras, na garantia de experiências que:

I – Promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança.

II – Favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical.

III – Possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos.

IV – Recriem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço temporais.

V – Ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas.

VI – Possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar.

VII – Possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade.

VIII – Incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza.

IX – Promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança teatro, poesia e literatura.

X – Promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais.

XI – Propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras.

XII – Possibilitem a utilização de gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas, e outros recursos tecnológicos e midiáticos.

Dessa forma, o brincar e as interações possuem respaldos legais para comporem os pilares do trabalho na educação infantil, sendo de extrema importância para a criança da faixa etária atendida se desenvolver de forma integral, respeitando, assim, a fase de desenvolvimento em que estão.

Por isso, se faz necessário garantir às crianças momentos de interações e brincadeiras, de forma livre ou direcionada, construindo com elas a percepção de mundo e as ações dos indivíduos, por meio de um processo lúdico de construção de conhecimento, de trocas e de experiências culturais, como preconiza a BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

O projeto apresenta temáticas brincantes mensais, que caminham ao lado do planejamento do professor, respeitando sua autonomia pedagógica e os direitos das crianças. Precisando ser enviado para a SEMED (Secretaria Municipal de Educação) através de link, com relato da atividade desenvolvida e 03 fotos.

Assim, o PPP (Projeto Político Pedagógico) de uma instituição de ensino é da melhor forma o planejamento essencial para executarem-se com êxito as diversas funções a qual são incumbidas à escola. A busca por um bom planejamento que vise espelhar-se na LDBN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) deve ser feito detalhadamente, buscando por meio do mesmo a proposta da escola para cumprir com as finalidades do sistema nacional de educação por meio do PNE (Plano Nacional de Educação), para atender as necessidades dos alunos. Para que isso aconteça, a escola deve propor através de seu PPP (Projeto Político Pedagógico) um ensino de qualidade e equidade junto aos seus alunos.

Dessa forma, o desenvolvimento de uma formação integral da pessoa humana, precisa basear-se em alguns princípios: aproximação do ensino com a realidade local de acordo com os referenciais que norteiam a educação para a vida, harmonia no relacionamento teoria e prática buscando sempre um equilíbrio a fim de que, o educando construa uma formação que propicie crescimento humano, ético e cultural e interação das famílias (responsáveis) e da comunidade no processo educacional na tentativa de uma formação mais completa e dialógica.

E, através desses princípios, valorizarem a construção dos conhecimentos pelo grupo envolvido, refletindo sobre o sentir, pensar e o agir do conhecimento e intermediando as relações interpessoais, baseadas no respeito ao outro, reforçando a autoestima de cada um. E, assim, o professor integrará as dimensões envolvendo a racionalidade e a afetividade, necessárias ao desenvolvimento do trabalho. Tendo a organização e a promoção de todas as ações pedagógicas respaldadas nos documentos que norteiam a educação. Para isso, a

proposta pedagógica, precisa investir na construção de cidadãos pensantes, capazes de questionar, participar e solucionar problemáticas existentes e decorrentes do contexto em que vivem. A partir de uma metodologia voltada para atividades que estimulem a criatividade, a solidariedade e humanidade, a responsabilidade, a visão de grupo e o hábito de pensar – agir – pensar. Fundamentadas na teoria sócio construtivista interacionista a partir de pensamentos de teóricos da educação como: Paulo Freire, Vygotsky, Piaget, Freireit, Emília Ferreiro, dentre outros.

Para as diferentes aprendizagens que se dão por meio de sucessivas reorganizações do conhecimento e nas vivências de experiências que forneçam conteúdos associados ao cotidiano do estudante. Nesse respaldo, a escola organiza o pilar da metodologia e para êxito da proposta pedagógica, é necessário garantir um processo educacional e um currículo que correspondam aos objetivos gerais, considerando metas e o futuro que se deseja construir.

Diante disso, analisamos o PPP (Projeto Político Pedagógico) da Escola Municipal Barão de Tinguá, visando entender as demais ações para a educação infantil e a escola como um todo, pensadas em atender as necessidades de qualidade para toda a comunidade escolar.

Iniciamos a análise com os objetivos, sendo estes trabalhados por todos (educação infantil e ensino fundamental). Conscientizar e preservar o ambiente social e natural, suas características, transformações e importâncias, respeitando a natureza, buscando meios para a sua valorização e preservação, percebendo a interferência histórica do homem no meio em que vive. Vivenciar a experimentação, dialogando e interagindo as capacidades individuais, trocando saberes da humanidade e de vida, estabelecendo relações pessoais e históricas com a vida social. Desenvolver o sentimento de companheirismo e solidariedade inerente à pessoa humana fortalecendo elos vivos de cooperação e responsabilidade. Perceber as diferenças individuais e culturais, conhecendo as raízes étnicas e conseqüentemente, a importância da diversidade cultural e sua contribuição na formação da identidade do povo brasileiro. Respeitar e considerar os direitos e deveres relativos à vida humana, social e cultural, de forma íntegra e digna, localizando-se como membro da sociedade e sentindo-se também responsável por ela. Conhecer seu corpo, suas potencialidades, características particularidades, desenvolvendo a autoestima e habilidades físicas e mentais, além da disciplina, espírito de equipe, cooperação e solidariedade permitidas pela prática esportiva. Relacionar fatos atuais e históricos no mundo, com a participação individual e coletiva no exercício de cidadania, contribuindo, opinando e construindo ações de caráter sociais e históricas. Participar e colaborar da criação de regras de convívio, percebendo a disciplina e o

respeito às opiniões e decisões coletivas, como uma forma de exercício de cidadania ativa e de democracia. Conhecer e valorizar a origem e a história da própria família, reconhecendo-a como base de vida, e integrá-la ao processo de ensino e aprendizagem.

Além do Núcleo Comum, determinado pela LDBN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para cada etapa de atendimento, a escola tem seu currículo organizado. Na educação infantil acontece da seguinte forma: valorização do jogo simbólico, variações de linguagem, expressões corporais e sonoras e o despertar da curiosidade e pesquisa, tendo como ponto de partida a proposta sócio-histórica, onde são estimuladas a interação, a construção do conhecimento, a relação pessoal, valores e ética. A organização dos conteúdos acontece em forma de projetos pedagógicos e subprojetos com objetivo de proporcionar a troca de conhecimento através de atividades lúdicas, realizadas em grupos, voltadas para as diversas formas de pesquisa.

Os projetos são conjuntos de atividades que permitem trabalhos com conhecimentos específicos, construídos a partir dos eixos de trabalho (meio ambiente, valores, ética etc.) que se organizam para se obter o objetivo maior que é a construção da cidadania. Essa prática possibilita o estabelecimento de relações diversificadas, ampliando ideias sobre um assunto específico, buscando complementações com conhecimentos pertinentes aos diferentes eixos.

Visando criar condições para o desenvolvimento integral da criança, considerando as possibilidades de aprendizagem que apresentam na educação infantil. A atuação da escola busca favorecer o crescimento de capacidades que envolvam aquelas de ordem física, afetiva, cognitiva, ética, estética, de relacionamento inter e intrapessoal e sua inserção social.

Quanto a Proposta Curricular, a escola segue a adotada pela SEMED (Secretaria Municipal de Educação). Considerada como processo contínuo e integrado à ação educacional e como fonte de diagnóstico, prognóstico e investigação, que permitirá também, a autoavaliação reflexiva sobre a prática do professor e seu redirecionamento pedagógico, a avaliação sucede coordenadamente por meio de interpretação qualitativa do saber construído pelo indivíduo. Sendo vista em todas essas dimensões, possibilita constantes ajustes e retomadas no processo de ensino e aprendizagem, contribuindo no alcance dos objetivos propostos e no sucesso da tarefa educativa.

A avaliação para a educação infantil segue também, os critérios estabelecidos pela SEMED (Secretaria Municipal de Educação), cujos resultados são registrados em forma de um breve relato escrito pelo professor sobre as conquistas do aluno. Sendo realizada por meios de observações e acompanhamento do processo integrador e participativo do aluno no

ambiente escola e comunidade, observações e registro de participação e interesse em tarefas coletivas assim, como as relações e interações diante de uma atividade proposta e o lidar com confrontos existentes em convívio dinâmico e social. Para o ensino fundamental será a partir de atitudes e responsabilidades no ambiente escolar, análise de produções individuais em que expressem qualidade e criatividade em suas relações entre o conhecimento espontâneo e o científico, atividades específicas para avaliação, como: exposições, palestras, seminários, eventos, apresentações, projetos e provas objetivas e subjetivas. Com autoavaliação individual e coletiva, onde os alunos contribuirão no processo avaliativo, a fim de, desenvolver a análise e interpretação de seus trabalhos construindo autonomia e a percepção de metas a serem alcançadas. O resultado das avaliações bem como a frequência dos alunos serão registrados em diário de classe pelo professor e em fichas individuais na secretaria da escola.

O conselho escolar baseia-se como uma extensão da direção. Para isso, reuni periodicamente os seus conselheiros e, junto com a direção geral traçam planos e metas para a escola. De forma que, ajude a resolver situações que se apresentam durante o ano letivo, procurando sempre informar à comunidade escolar as decisões ou encaminhar propostas que visem atender as necessidades que surgirem. Devendo ser o elo entre escola, família e comunidade de forma que todos tomem consciência dos acontecimentos e opinem criticamente para o crescimento da escola. Nesse sentido, o conselho escolar deverá se fazer presente nos conselhos de classe, a fim de, conhecer, discutir e posteriormente, informar aos demais membros sobre as dificuldades encontradas pelos professores relacionadas à disciplina dos alunos, o rendimento escolar e demais decisões tomadas no mesmo, ajudando a encontrar soluções para as questões apresentadas. Deverá também, se fazer presente nas reuniões de pais, reuniões de planejamento e outras que se fizerem necessário. As eleições do conselho escolar seguiram as normas estabelecidas pela SEMED (Secretaria Municipal de Educação).

Em relação à família, a escola estimula o envolvimento dos pais em suas ações, pois, entende que a comunidade precisa estar ciente dos problemas e sucessos pelos quais passam a escola, com o objetivo que opinem criticamente. Esse segmento deverá estar representado no conselho escolar e na Associação de Pais e Mestres, sendo assegurado aos mesmos, momentos de interação e discussão na tomada de decisões. Para isso, a escola promove reuniões, seminários, palestras, dentre outros, com a finalidade de formar e informar os responsáveis sobre temas da atualidade, principalmente, os relacionados às questões de relacionamento pais e filhos, pais e escola e suas responsabilidades na educação das crianças e adolescentes.

De acordo com o PPP (Projeto Político Pedagógico) a formação continuada para os professores está prevista no calendário interno, tendo como base a própria LDBN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) no seu artigo 61, que garante ao profissional da educação capacitação em serviço. Tal espaço de formação terá como objetivo a busca de momentos de reflexões e análise das práticas pedagógicas desenvolvidas na escola bem como o aprofundamento teórico e troca de experiências, contribuindo assim, com a melhoria da qualidade de ensino em cada fase do desenvolvimento dos alunos da escola. O corpo docente da escola é formado por profissionais que buscam desenvolver pesquisas acadêmicas e que além de, possuir diversas habilidades profissionais, apresentam vários níveis de formação. Portanto, na busca da valorização dos saberes e dos profissionais que integram a escola como também, com o objetivo da troca de experiência as formações continuadas são desenvolvidas pelos próprios professores da mesma. Onde cada um, com o seu saber, suas especificidades e suas habilidades, podem contribuir para a formação continuada.

A escola busca ações que tornem visível uma prática pedagógica cujo princípio norteador seja pautado numa abordagem educacional inclusiva, uma escola para todos, sem preconceitos, nem discriminações, por acreditar também, que, os alunos se tornam mais generosos, solidários, capazes de respeitar as diferenças cooperando assim, para um mundo melhor. A atuação pedagógica é conduzida por professor (a) especializado (a) suplementando e contemplando o atendimento realizado nas classes da rede regular estendido às escolas da própria rede mais próximas conforme determinação da SEMED (Secretaria Municipal de Educação), com o objetivo de desenvolver ao máximo a potencialidade dos alunos, com vistas a sua melhor inclusão pessoal e/ou social.

Para que todas as ações colocadas no PPP (Projeto Político Pedagógico) aconteçam de fato, o papel do diretor é importantíssimo, nesse sentido, a gestão deve ser participativa e para que, isso aconteça, é necessário que o gestor seja um mediador entre os vários setores da escola e da comunidade local. Alguém que se envolva com todas as questões da escola e não apenas as administrativas, que seja transparente e trabalhe visando o bom andamento e funcionamento da mesma. Devendo participar das reuniões de planejamento, de pais, dos conselhos de classe e festas. Reunindo-se com a comunidade escolar para encontrar soluções dos problemas que naturalmente surgem no dia a dia. O diretor representa a escola junto à SEMED (Secretaria Municipal de Educação) e em eventos em que se faça necessário sua representação. Sua escolha é através do voto da comunidade escolar e o processo eletivo segue as normas estabelecidas também, pela SEMED (Secretaria Municipal de Educação).

Nesse sentido, a gestão escolar precisa ser democrática e promover a mesma alinhada aos documentos normativos para a educação, pensando sempre na melhoria do processo educacional.

Através da análise, entendemos que o PPP (Projeto Político Pedagógico) da Escola Municipal Barão de Tinguá estão elencados e efetivados sob critérios legais com embasamento na Proposta Curricular do Município de Nova Iguaçu e Regimento Escolar, alinhados à BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e as diretrizes estabelecidas no PME (Plano Municipal de Educação) que são norteadores das ações educativas quanto escola e seus objetivos presentes e futuros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações dos movimentos sociais na educação do campo ganha um novo sentido quando associada ao movimento que defende a educação articulada com a criação de condições materiais para a vida no campo, a defesa de uma educação do campo tem como sustentação o reconhecimento de uma realidade de trabalhadores e trabalhadoras que têm resistido para continuar produzindo sua vida no espaço rural e especialmente o reconhecimento dessa realidade precisa ser alterada tendo em vista a crescente pobreza, o desemprego, dificuldades de acesso às políticas públicas, saúde, educação, transporte, infraestrutura, entre outros.

Nessa luta, a legislação que normatiza a educação do campo começa a ganhar corpo e aprovação de políticas públicas educacionais para os povos do campo, a adequação necessária para garantir a educação dos povos camponeses em seu caráter singular, crítico e emancipatório, em 2002 instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo com a necessidade de promover a cidadania social, órgão vinculado ao MEC (Ministério da Educação) que tem como uma de suas tarefas garantir o cumprimento da legislação, em 2008 a resolução estabelece as diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da educação básica do campo razão das medidas legais para o funcionamento e a criação de escolas no campo, em 2010 é assinado o decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010 que dispõe sobre a política de educação do campo e o PRONERA (Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária), as conquistas em ampliação da oferta de educação aos povos do campo se constituíram a partir de lutas dos movimentos sociais no campo nos últimos anos que teve como uma de suas preocupações o enfrentamento da concepção de educação ruralista dedicada a forjar uma educação instrumentalista.

Por isso, a educação infantil do campo que queremos e estamos construindo valoriza a criança como um sujeito de direito e histórico, um sujeito da natureza inserida em um espaço no qual a infância é vivida na sua plenitude. Uma educação não fragmentada, que dialoga com os demais elementos que compõem o campo no qual as relações e experiências são vividas de maneira significativa dando sentido na cultura e na vida da comunidade. Precisamos lançar um olhar na busca da valorização do sujeito criança do campo com vistas na sua formação e

no seu desenvolvimento integral, reconhecendo e legitimando como produtores de conhecimento, de cultura, de educação etc.

Na Escola Municipal Barão de Tinguá, o trabalho metodológico na educação infantil está pautado em uma educação integral, democrática e de igualdade, com respeito às singularidades e ao desenvolvimento humano em seus múltiplos aspectos: social, afetivo, moral, ético, intelectual e simbólico. Com esse viés, o trabalho pedagógico efetiva o ato de brincar, do investigar e do interagir como metodologias de trabalho que circunscrevem toda a prática de acordo com os campos de experiências e as rotinas da educação infantil, de modo intencional e contextualizado.

O planejamento da educação infantil da Escola Municipal Barão de Tinguá está organizado através de projetos como centro do processo educativo e, é elaborado através da Proposta Curricular do Município de Nova Iguaçu com o propósito de desenvolver estratégias para a criação, o pensamento e a problematização do mundo através de temáticas da educação do campo, sendo a criança o foco principal do processo e dos objetivos. O planejamento precisa revelar e deixar visível a intencionalidade pedagógica, as estratégias e o percurso das investigações.

Nesse sentido, a educação do campo como direito dos povos que vivem no campo e do campo, traz em aspectos pedagógicos próprios uma educação básica do campo como elemento básico do seu projeto educativo, o nome ou expressão educação do campo já identifica também, uma reflexão pedagógica que nasce das diversas práticas de educação desenvolvidas no campo e pelos sujeitos do campo, é uma reflexão que reconhece o campo como lugar onde não apenas se reproduz, mas, também, se produz conhecimento.

A análise histórica do pensamento pedagógico brasileiro contextualizando os fatos políticos, econômicos e culturais de cada época com ênfase nas propostas educacionais defendidas e implementadas mais recentemente, inaugurou novos marcos do pensamento educacional no Brasil. O pensamento pedagógico brasileiro na história da educação brasileira tem uma grande tendência em atender aos alunos de acordo com a classe social, isso ocorre desde os tempos em que a educação estava sob o domínio jesuíta até o momento de a escola laica surgir, ou seja, já nos tempos modernos a igreja toma para si a responsabilidade da instrução pública.

No império romano as escolas possuem duas categorias uma destinada à formação dos monges e outra para a instrução da plebe, nesse contexto, não havia interesse em que a massa aprendesse a ler e escrever, a finalidade da educação para a classe social era apenas de

familiarizar com as doutrinas cristãs e manter com a própria realidade a referência histórica da cultura brasileira.

Essa realidade faz-nos refletir a fazermos um paralelo sobre a realidade atual das escolas e a hierarquia existente entre as disciplinas escolares, ainda hoje, disciplinas tidas como de base imprescindíveis por julgarem mais especificamente com o intelecto e as tidas como inferiores.

No fim do século XIX, os projetos pedagógicos pautados pelo liberalismo clamavam por uma equalização de oportunidades com a promessa de uma libertação humana. No século XX, trouxe alguns ideais de igualdade. No entanto, as contradições sociais e políticas colaboraram muito para o fortalecimento da desigualdade. Após a ditadura, inicia-se um período de redemocratização de educação que logo foi interrompido pelo golpe militar de 1964 e sobre o período movimento educacional tomou novo impulso. Extingue-se em dois grandes movimentos, movimento por uma educação popular e o movimento em defesa da educação pública, retoma sem discussão por uma educação pública popular, os responsáveis por esse movimento acreditam que é necessário envolvimento do estado em conjunto com a sociedade organizada para que haja um avanço educacional.

O pensamento no contexto histórico do currículo pode evidenciar que ambos estão permeados de ideologias, valores e concepções diferenciadas em relação ao processo educacional, isso é imprescindível para que a escola como um todo perceba as nuances presentes nas concepções do currículo e do pensamento pedagógico. Dessa maneira, no processo de ensino e aprendizagem é necessário ressaltar que o currículo necessita ser percebido como um território e ser contestado diariamente, pois, é através dele que podemos pensar, tendo como parâmetro a visão de mundo e de sociedade que acreditamos, o currículo é um termo polissêmico em diversidade de sentidos, e, nos faz pensar numa só coisa quando se trata de teorias críticas.

O PPP (Projeto Político Pedagógico) vinculado a reconstrução da vida pública democrática em defesa das construções históricas da razão da autoridade, da verdade, da ética e da identidade, de forma a questionar o pensamento na qual a diferença não é um significado fixo como propõe o estruturalismo, mas, envolve significados que são produtos de relações, diferenças mutáveis e modificadas, no que concerne a permanência do foco na ação e a perspectiva de tornar possível uma ação crítica coletiva associada às relações entre capital e trabalho e focaliza um sofrimento humano, sobretudo como um discurso ou texto a serem desenvolvidos ou desconstruídos, assim, em determinações históricas específicas marcadas

por conflitos de raça, classe e gênero podemos perceber o discurso e a construção curricular no mundo, assim, no Brasil não se deu sob uma única ideologia, mas, como influência de tendências, objetivos e interesses diferentes e, com isso, não desvincular o currículo da constituição histórica e social, pois, um currículo não surge do nada, mas, de uma necessidade social e, principalmente, econômica e cultural.

A LDBN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) ou simplesmente é vista como principal documento do ordenamento jurídico educacional, considerada como a Lei magna da educação escolar, é concebida como processo de formação abrangente inclusive de formação da cidadania e no trabalho como princípio educativo, portanto, as instituições de ensino contemplam a legislação educacional como a legislação que recolhe todos os atos e fatos jurídicos que tratam da educação como direito social do cidadão em direito público subjetivo dos educandos do ensino fundamental, quando dizemos legislação educacional estamos nos referindo de forma geral à educação básica e a educação superior, assim, ao referir-se aos níveis de ensino fundamental e ensino médio que forma a educação básica pode-se utilizar a expressão legislação do ensino fundamental 1, a legislação do ensino médio pode ser hoje tomada como um conjunto de leis referentes à educação.

A legislação educacional possui duas naturezas, uma reguladora e uma regulamentadora, dizemos que a legislação é reguladora quando se manifesta através de leis, seja federal, estadual ou municipal, a legislação reguladora estabelece a regra geral e a norma jurídica, isto é, estabelece as regras gerais de direito, a legislação regulamentadora ao contrário da legislação reguladora volta-se a própria prática da educação, os decretos presidenciais, as portarias ministeriais e os pareceres dos órgãos do MEC (Ministério da Educação) como conselho nacional de educação ou fundo de desenvolvimento serão executadas, a regulamentação não cria direito porque se limita a instituir normas sobre a execução da lei, tomando as providências indispensáveis para o funcionamento dos serviços educacionais, diríamos que a estrutura política jurídica de educação consta na Constituição Federal do Brasil de 1988.

Os decretos, portarias, resoluções dos pareceres e as instruções prescrevem a forma de funcionamento do serviço educacional, avançando de um lado estrutural e funcional do sistema, mas, do outro do ponto de vista teórico passou a ter um caráter reducionista, e, não avançam na construção jurídica doutrinária da educação, não por falta de produção legislativa, pelo contrário a tradição da educação inaugurada em 1996 traz às normas limitativas que consubstanciam o elenco dos direitos e garantias fundamentais limitando a ação dos poderes

estatais que dão a tônica do estado de direito às normas de estabilização da LDBN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), trazendo artigos que asseguram juridicamente o acesso ao ensino fundamental, a defesa da aplicação dos recursos financeiros, o ingresso de docente exclusivamente por concurso público de provas e títulos nas instituições de ensino.

A educação é vista como um processo que se dá em vários ambientes, em níveis, etapas e modalidades, assim, a educação básica é dividida por sua vez em etapas dessa forma a educação infantil é a primeira etapa do ensino fundamental, sendo o ensino médio a etapa final, entre as modalidades podemos citar educação especial, educação profissional e EJA (Educação de Jovens e Adultos), a educação indígena, a educação à distância e a educação superior, dividido também, em cursos sequenciais de graduação, extensão e pós-graduação. No Brasil somente a partir dos anos 90 é que a legislação educacional passa a ter mais eficácia e eficiência na administração pública, não houve rigor de uma sistematização de normas educacionais, isso, implica em sinalizar princípios que regem o ordenamento educacional do país sem os quais não há como passar a fase de legislação do ensino e alcançar a fase do direito educacional propriamente dita, que, por sua vez, implica em um corpo doutrinário, quanto mais qualificar juridicamente as normas legais ativas na educação, mas, determinamos o grau de responsabilidade social das entidades governamentais e sua capacidade de produção ou criação legislativa.

Paulo Freire (1987) tece sua crítica sobre o modelo de educação reproduzida conforme o conformismo social, em seu primeiro capítulo da pedagogia do oprimido, discute o processo de desumanização causada pelo professor e seus oprimidos e relata a forma de imposição que o professor envolve o oprimido. Nesse capítulo, desenvolve dois conceitos importantes: o de contradição que para uma revolução no campo da opressão busca mudanças daqueles que dominam e acabam gerando novos opressores e oprimidos, mas, adverte que o processo de desintoxicação da pressão deve acontecer de maneira cuidadosa para que, os opressores não venham a ser novos oprimidos no processo de liberdade, deve ser visto e sentido por ambas as partes.

Assim também é necessário que os oprimidos, que não se engajam na luta sem estar convencidos e, se não se engajam, retiram as condições para ela, cheguem como sujeitos, e não como objetos, a este convencimento. É preciso que também se insiram criticamente na situação em que se encontram e de que se acham marcados. (FREIRE, 1987, p. 30)

A libertação do estado de opressão é uma ação social não podendo, portanto, acontecer isoladamente, o ser humano é um ser social e, por isso, a consciência da transformação do meio deve acontecer na sociedade em todo o contexto. Nesse sentido, a educação no Brasil reproduz a desigualdade, a marginalização e a miséria. Assim, Paulo Freire (1987) procura conscientizar os docentes do seu papel problematizador da realidade do educando:

A libertação, por isto, é um parto. E um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos [...]. A superação da contradição é o parto que traz ao mundo este homem novo não mais opressor; não mais oprimido, mas homem libertando-se. (FREIRE, 1987, p. 19)

O autor ainda discute a concepção bancária da educação como instrumento da opressão, seus pressupostos e suas críticas entram em discussão de quem é o professor, quem faz seu aluno um mero depósito a considerar o aluno como incapaz de produzir conhecimento e desconsiderasse como um ser em formação continuada, para Paulo Freire (1987) ensinar a pensar é problematização sobre a sua realidade é a forma correta de se produzir conhecimento, pois, é a partir daí que, o educando tem a capacidade de compreender como ser social uma vez conhecendo sua situação, a sociedade e o educando jamais se curva para a condição de oprimido, o seu lema igualdade buscará na educação bancária transformar a consciência do aluno em um pensar mecânico, ou seja, em sentir como se a realidade social fosse algo exterior.

Na concepção “bancária” que estamos criticando, para a qual a educação é o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos, não se verifica nem pode verificar-se esta superação. Pelo contrário, refletindo a sociedade opressora, sendo dimensão da “cultura do silêncio”, a “educação” “bancária” mantém e estimula a contradição. (FREIRE, 1987, p. 34)

Com isso, a educação problematizadora gera a consciência entre educadores e educandos com a intenção de que os últimos não se limitam a repetir mecanicamente o conhecimento transmitido pelos primeiros por meio do diálogo entre professores e alunos, estabelece possibilidades comunicativas em cuja raiz está à transformação do educando em sujeito de sua própria história e a superação do educando nesse processo de educação, pois, o professor aprende enquanto ensina pelo diálogo de seus educandos estimulando o ato de ambos, ou seja, ele ensina e aprende a refletir criticamente o processo de educação, e, por

isso, busca compreender o mundo em que vive, percebendo a importância da educação problematizadora.

A essência da educação como prática de liberdade demonstra o quanto é importante o desenvolvimento no diálogo e no processo educativo, para haver uma conexão real de ensinar e aprender à lógica descreve a importância do homem como um ser pensante de práxis sobre o mundo, ação transformadora se faz pela reflexão e demonstra também, que, um ser que se identifique com a liderança revolucionária da pressão não deve confundir seu papel de representante do diálogo oprimido enquanto seu ponto de vista tem que levar a verdadeira palavra daqueles que representa emergindo um novo dominante, o caráter revolucionário dos oprimidos em sua ação transformadora é uma ação pedagógica com novas possibilidades de inovação social em sua descrição sobre o sistema de opressão dialógico.

O diálogo não é um produto histórico, é a própria historicização. É ele, pois, o movimento constitutivo da consciência que, abrindo-se para a infinitude, vence intencionalmente as fronteiras da finitude e, incessantemente, busca reencontrar-se além de si mesma. (FREIRE, 1987, p. 9)

Por fim, Paulo Freire (1987) encerra colocando os elementos da ação dialógica que são a colaboração, a união e a organização, assim, a colaboração do diálogo entende o outro com respeito a sua culturalidade, a união da massa oprimida se faz necessária e o papel do representante dessa classe ganha força da transformação que se fundamenta na compreensão e confirmação da dialeticidade, permanência que compõem a estrutura sócia, portanto, compreendendo a tese fundamental de Paulo Freire (1987), o educador deve enveredar para uma transformação no contexto social através do processo de educar opressores e oprimidos que são vítimas da mesma inconsciência, a conscientização cidadã é um processo gradual em que se busca a liberdade sem produzir novos opressores e oprimidos e coloca uma revolução na estrutura social através da qual o homem como sendo de fundamental importância a sua existência no mundo é capaz de fazer sua história.

Diante da pesquisa concluída, percebemos que até hoje o conceito de educação problematizadora ainda não conseguiu ser implantada pelo professor que vive um drama entre ensinar e pensar em um currículo que traga toda esperança de uma conscientização social, então, podemos entender que, o sistema educacional de hoje também continua ensinando sob pressão, assim, o educador hoje é, também, mais uma vítima do sistema educacional, tendo que cumprir com aulas em desacordo com a realidade dos alunos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Flávio Aparecido de. Educação Infantil: as contribuições da educação no processo de desenvolvimento da criança. São Paulo: Científica Digital, 2021.

ALMEIDA, Rosângela; JULIASZ, Paula. Espaço e Tempo na Educação Infantil. Ed. Contexto, 2014.

ANTUNES – ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Aracy Alves (Org.). Educação do Campo: desafios para a formação de professores. 2ª Ed.. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011 (Coleção Caminhos da Educação do Campo).

ANTUNES – ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Aracy Alves (Org.). Educação do Campo: desafios para a formação docente na educação do campo. 2ª Ed.. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011 (Coleção Caminhos da Educação do Campo).

ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de Formação de Educadores (as) do Campo. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157/176, maio/ago, 2007.

Disponível em: [www.cedes.unicamp.br>politicasdeformacaodeeducadores\(as\)docampo](http://www.cedes.unicamp.br/politicasdeformacaodeeducadores(as)docampo)

Acesso em 20 de novembro de 2020.

BARBOSA, Anna Izabel Costa. A Organização do Trabalho Pedagógico na Licenciatura em Educação do Campo/UnB: do projeto às emergências e tramas a caminhar. Brasília: Universidade de Brasília, 2012 (Tese de Doutorado em Educação).

BENJAMIN, César; CALDART, Roseli Salete. Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo. Projeto Popular e Escolas do Campo. Brasília: 2000 (Coleção nº 3).

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 3/2002. Diretrizes Operacionais da Educação Básica para as Escolas do Campo. Brasília: MEC/CNE, 2002.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>

Acesso em 20 de novembro de 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Acesso em 20 de novembro de 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil/Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2010.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>

Acesso em 20 de novembro de 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 8.069/90. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm

Acesso em 20 de novembro de 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN).

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

Acesso em 20 de novembro de 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Educação do Campo: marcos normativos. Brasília: SECADI, 2012.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>

Acesso em 20 de novembro de 2020.

CALDART, Roseli Salete. A Escola do Campo em Movimento. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). Por uma Educação do Campo. Petrópolis: Vozes, 2004.

FREIRE, Paulo. A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam. São Paulo; Autores Associados: Cortez, 1989 (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17ª Ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Professora Sim, Tia Não: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho d'Água, 1997.

GADOTTI, Moacir. História das Ideias Pedagógicas. 8ª Ed.. São Paulo: Ed. Ática, 1999.

GADOTTI, Moacir. Pensamento Pedagógico Brasileiro. São Paulo: Ed. Ática, 2012.

GOMES, Renato dos Santos. A Educação do Campo e o Direito a Educação das Crianças e Adolescentes no Município de Nova Iguaçu. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2015.

Disponível em: www.cursos.ufrj.br/posgraduacao/ppgea/files/2015/12/renato-dos-santos-gomes.pdf

Acesso em 20 de novembro de 2020.

HOLLIDAY, Oscar Jara. Sistematização das Experiências: algumas apreciações. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo R. (Org.). Pesquisa Participante: o saber da partilha. 2ª Ed.. São Paulo: Ideias & Letras, 2006.

KRAMER, Sonia. Educação Infantil: formação e responsabilidade. Ed. Papirus, 2016.

LIMA, Elmo de Souza; MELO, Keylla Rejane Almeida. (Org.). Educação do Campo: reflexões políticas e teórico-metodológicas. Teresina: EDUFPI, 2016.

MARINHO, Herminia; JUNIOR, Moacir; FILHO, Nei; FINCK, Silvia. Pedagogia do Movimento: universo lúdico e psicomotricidade. Curitiba: InterSaberes, 2012.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. Diversidade e Ações Afirmativas: combatendo as desigualdades sociais. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto: UFOP, 2010 (Série Cadernos da Diversidade).

NOVA IGUAÇU, Prefeitura Municipal da Cidade. Resolução nº 18 de 27 de novembro de 2013. Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal pela Primeira Infância de Nova Iguaçu (PMPINI), cria a comissão de implementação do mesmo e dá outras providências. Nova Iguaçu: PMNI, 2013.

Disponível em: <http://www.novaiguacu.rj.gov.br>

Acesso em 01 de julho de 2022.

PIAGET, Jean. Os Estágios do Desenvolvimento Intelectual da Criança e do Adolescente. Rio de Janeiro: Forense, 1972.

SANTOS, Ramofly Bicalho dos. O Projeto Político Pedagógico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: trajetórias de educadores e lideranças. São Paulo: UNICAMP, 2007.

Disponível em: www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000409092

Acesso em 20 de novembro de 2020.

SILVA, Alexandre Leite dos Santos; et al. (Org.). Educação do Campo: sujeitos, saberes e reflexões. Picos, 2020.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 4ª Ed.. São Paulo: Atlas, 2003.

VIGOTSKII, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Aléxis Nikolaevich. Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem. 11ª Ed.. São Paulo: Ícone, 2010 (Coleção Educação Crítica).